

COLÉGIO PEDRO II

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura
Especialização em Práticas Musicais na Educação Básica

Sheila dos Santos Dellezzopolles

EDUCAÇÃO MUSICAL DE PESSOAS COM SÍNDROME DE
DOWN

Rio de Janeiro
2021



Sheila dos Santos Dellezzopolles

EDUCAÇÃO MUSICAL DE PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Práticas Musicais na Educação Básica/ EaD, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Práticas Musicais na Educação Básica.

Rio de Janeiro
2021

COLÉGIO PEDRO II

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

CATALOGAÇÃO NA FONTE

D357 Dellezzopolles, Sheila dos Santos

Educação musical de pessoas com Síndrome de Down : perspectivas para formação continuada de professores / Sheila dos Santos Dellezzopolles. - Rio de Janeiro, 2021.

71 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Práticas Musicais na Educação Básica) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Mário Alexandre Dantas Barbosa.

1. Educação Musical – Estudo e ensino. 2. Música. 3. Down, Síndrome de. 4. Formação continuada. I. Barbosa, Mário Alexandre Dantas. II. Colégio Pedro II. III Título.

CDD 780.7

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB-7: 5692.

Sheila dos Santos Dellezzopolles

EDUCAÇÃO MUSICAL DE PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Práticas Musicais na Educação Básica, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Práticas Musicais na Educação Básica.

Aprovado em: _____/_____/_____.

Banca Examinadora:

Professor Me. Mário Alexandre Dantas Barbosa (Orientador) Colégio Pedro II

Prof^a Dr^a Viviane dos Santos Louro Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a Dr^a Anna Cristina Cardozo da Fonseca Colégio Pedro II

Rio de Janeiro

2021

A escola tem que ouvir a todos e a todos servir. Este é o teste de sua
flexibilidade.
(Anísio Teixeira)

AGRADECIMENTOS

A Deus e toda harmonia das existências.
A minha família, especialmente minha mãe.

A leitura e orientação dos professores que compuseram a banca,
Viviane Louro e Anna Cristina Fonseca e do orientador direto Mário Dantas.

A todos os colegas e amigos inspiradores e generosos que ajudaram
de alguma forma neste trabalho.
Muito Obrigada.

RESUMO

DELLEZZOPOLLES, Sheila dos Santos. **Educação Musical de Pessoas com Síndrome de Down**. 2021. 61 f. (total de folhas). Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Práticas Musicais na Educação Básica) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Rio de Janeiro, 2021.

A Síndrome de Down (SD), também conhecida com T21 (Trissomia 21) é caracterizada como uma alteração genética que gera alguns comprometimentos físicos e cognitivos. Esta pesquisa teve por objetivo promover um levantamento bibliográfico sobre Música e Síndrome de Down com foco no ensino e formação continuada de professores de Educação Musical que atuam com essas pessoas. Para tanto foi feita uma revisão de literatura em dez repositórios de publicações acadêmicas de relevância nas áreas de Música e/ou Educação Musical (ABEM, ANPPOM, SIMCAM e SIMPOM), de Educação (CINTEDI e CONEDU), de Educação Inclusiva (REE e Revista Educação, Artes e Inclusão) e em plataformas de divulgação científica mais ampla (SCIELO e BDTD). A pesquisa resultou em 44 publicações registradas entre 2002 e 2020 (período definido pelo resultado da disponibilidade de publicações encontradas nas buscas de livre acesso na internet no momento da coleta de dados - nov/2020 – mai/2021). Os resultados foram divididos em 4 categorias de onde os trabalhos com abordagem específica em Educação Musical e Síndrome de Down receberam destaque. Estes foram separados em outras 3 categorias: os referentes a Educação Musical com crianças com SD, a Educação Musical com adolescentes e/ou jovens com SD e os trabalhos que receberam destaque nesta pesquisa, referentes a Formação do professor de crianças e/ou jovens com SD. O levantamento bibliográfico inicial categoriza também os trabalhos que abordam a Educação Musical com pessoas com diferentes deficiências, incluindo-se a SD, que apresentam a Educação Música aliada a outras práticas pedagógicas com pessoas com SD e os que utilizam a música com pessoas com SD fora do contexto da Educação Musical, contribuindo assim para pesquisas futuras que visem abordar a diversidade de possibilidades que a música pode oferecer nos desenvolvimentos das pessoas deste público alvo.

Palavras chave: música; Síndrome de Down; educação musical; formação continuada

ABSTRACT

DELLEZZOPOLLES, Sheila dos Santos. **Music Education for People with Down Syndrome**. 2021. 61 f. (total of leaves). Completion of course work (Specialization in Musical Practices in Basic Education) – Colégio Pedro II, Dean of Graduate Studies, Research, Extension and Culture, Rio de Janeiro, 2021.

Down Syndrome (DS), also known as T21 (Trisomy 21) is characterized as a genetic alteration that generates some physical and cognitive impairments. This research aimed to promote a bibliographical survey on Music and Down Syndrome with a focus on teaching and continuing education of Music Education teachers who work with these individuals. Therefore, a literature review was carried out in ten repositories of relevant academic publications in the areas of Music and/or Music Education (ABEM, ANPPOM, SIMCAM and SIMPOM), Education (CINTEDI and CONEDU), Inclusive Education (REE and Magazine Education, Arts and Inclusion) and on broader scientific dissemination platforms (SCIELO and BDTD). The research resulted in 44 publications registered between 2002 and 2020 (period defined by the result of the availability of publications found in the free access searches on the internet at the time of data collection - Nov/2020 – May/2021). The results were divided into 4 categories from which works with a specific approach in Music Education and Down Syndrome were highlighted. These were separated into 3 other categories: those referring to Music Education with children with DS, Music Education with adolescents and/or young people with DS and the works that were highlighted in this research, referring to Teacher Training for children and/or young people with SD. The initial bibliographic survey also categorizes the works that address Music Education with people with different disabilities, including DS, which present Music Education combined with other pedagogical practices with people with DS and those who use music with people with DS outside from the context of Music Education, thus contributing to future research aimed at addressing the diversity of possibilities that music can offer in the development of people in this target audience.

Keywords: music; Down Syndrome; musical education; continuing education

RESUMEN

DELEZZOPOLLES, Sheila dos Santos. **Educación Musical para Personas con Síndrome de Down**. 2021. 61 ss. (total de hojas). Finalización del trabajo de curso (Especialización en Prácticas Musicales en Educación Básica) – Colégio Pedro II, Decano de Posgrado, Investigación, Extensión y Cultura, Rio de Janeiro, 2021.

El Síndrome de Down (SD), también conocido como T21 (Trisomía 21), se caracteriza por ser una alteración genética que provoca cierto daño físico y cognitivo. Esta investigación tuvo como objetivo promover una encuesta bibliográfica sobre Música y Síndrome de Down con un enfoque en la docencia y formación continua de los profesores de Educación Musical que trabajan con estas materias. Para ello, se realizó una revisión bibliográfica en diez repositorios de publicaciones académicas relevantes en las áreas de Música y / o Educación Musical (ABEM, ANPPOM, SIMCAM y SIMPOM), Educación (CINTEDI y CONEDU), Educación Inclusiva (REE y Revista Educação, Arte e Inclusão) y en plataformas más amplias de divulgación científica (SCIELO y BDTD). La investigación resultó en 44 publicaciones registradas entre 2002 y 2020 (período definido por el resultado de la disponibilidad de publicaciones encontradas en las búsquedas de acceso gratuito en Internet en el momento de la recolección de datos - Nov / 2020 - Mayo / 2021). Los resultados se dividieron en 4 categorías, en las que se destacaron trabajos con enfoque específico en Educación Musical y Síndrome de Down. Estos fueron separados en otras 3 categorías: los referidos a Educación Musical con niños con SD, Educación Musical con adolescentes y / o jóvenes con SD y los trabajos que se destacaron en esta investigación, referidos a la Formación Docente para niños y / o jóvenes con DS. El relevamiento bibliográfico inicial también categoriza los trabajos que abordan la Educación Musical con personas con diferentes discapacidades, incluido el SD, que presenta la Educación Musical combinada con otras prácticas pedagógicas con personas con SD y aquellas que usan la música con personas con SD fuera del contexto de la Educación Musical. , contribuyendo así a futuras investigaciones encaminadas a abordar la diversidad de posibilidades que la música puede ofrecer en el desarrollo de las personas de este público objetivo.

Palabras clave: Música; Síndrome de Down; educación musical; educación continua

LISTA DE FIGURAS (ILUSTRAÇÕES)

Pintura Madona e Criança	20
Pintura Virgem e Criança	21
Pintura Adoração do Menino Jesus	21
Pintura de Criança e Macaco	21

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Levantamento quantitativo dos trabalhos.....	48
Gráfico 2 - Quantitativo por Plataforma	49
Gráfico 3 - Período das Publicações	50

LISTA DE FIGURAS QUADROS

Quadro 1 – Características Físicas Predominantes.....	23
Quadro 2 - Trabalhos Encontrados na Busca.....	50
Quadro 3 - Publicações de Educação Musical de Pessoas com Síndrome de Down.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E CIFRAS

- ABEM - Associação Brasileira de Educação Musical
- ANPPOM - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música
- BTD - Banco de Teses e Dissertações
- BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CITED - Congresso Internacional de Ed. Inclusiva
- CONEDU - Congresso nacional de Educação
- REE - Revista de Educação Especial
- RBEE - Revista Brasileira de Educação Especial
- SCIELO - Scientific Electronic Library Online
- SD - Síndrome de Down
- SIMCAM - Simpósio Internacional de Cognição de Artes Musicais
- SIMPOM - Simpósio Brasileiro de Pós Graduação em Música
- T21 - Trissomia 21

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 SÍNDROME DE DOWN - TRISSOMIA 21.....	19
2.1 Características da Síndrome de Down.....	23
2.2 Desenvolvimento Cognitivo da Pessoa Com Síndrome de Down.....	27
2.3 Direitos e Legislação.....	27
3 EDUCAÇÃO MUSICAL.....	30
3.1 Legislação.....	32
3.2 Educação Musical e Inclusiva.....	34
3.3 Formação Continuada de Professores.....	36
3.3.1 Formação continuada em Educação Musical.....	36
3.3.2 Formação Continuada em Educação Especial.....	38
3.3.3 Formação Continuada em Educação Musical Especial.....	39
3.4 Educação Musical e Síndrome de Down.....	40
4 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO SOBRE MÚSICA E SÍNDROME DE DOWN.....	44
4.1 Metodologia do Levantamento Bibliográfico.....	45
4.2 Apresentação dos Resultados.....	47
4.3 Resultados dos Trabalhos com Temática Exclusiva de Educação Musical de Pessoas com Síndrome de Down.....	55
4.3.1 Educação Musical com crianças com SD.....	56
4.3.2 Educação Musical com adolescentes e/ou jovens com SD.....	57
4.3.3 Formação do professor de crianças e/ou jovens com SD.....	57
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
6 REFERÊNCIAS.....	63

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem sua atenção voltada para a Educação Musical de pessoas com Síndrome de Down (SD) e a formação inicial e continuada dos profissionais que atuam nesta área. A formação inicial dos profissionais da educação não dá conta da diversidade e das necessidades desveladas na prática pedagógica. O diálogo entre as áreas que se interseccionam dentro da realidade escolar, contribui para a constante atualização e aperfeiçoamento de estratégias socioeducativas que estejam a serviço das apropriações necessárias a um espaço pedagógico eficaz, envolvente, inspirador, frutífero e inclusivo.

O objetivo geral é identificar diálogos bibliográficos relacionados a formação continuada de professores de Educação Musical de pessoas com SD.

Os objetivos específicos são:

a) Dimensionar o atual estado do conhecimento sobre a articulação dessas duas áreas de interesse (Educação Musical e SD).

b) Identificar, com o apoio da bibliografia especializada, aspectos basilares da SD que sejam relevantes para o Educador Musical.

c) Problematizar a formação docente inicial e continuada do Educador Musical com vistas ao atendimento de pessoas com SD.

Justifica-se a relevância desta pesquisa a mediante a consulta a trabalhos anteriores com caráter de revisão sistemática da literatura. O ponto de partida são três publicações dos últimos 5 anos, respectivamente Gemma, Pablo, Cabedo-Mas (2020); Coutinho, Farias, Damasceno (2019) e Fantini, Joly, Rose (2016).

Das três publicações citadas, a mais recente é o artigo Gemma, Pablo, Cabedo-Mas (2020) publicado na revista inglesa *Interdisciplinary Science Reviews*. Nele os autores priorizam os resultados terapêuticos na relação da música com as crianças com SD, especificamente no desenvolvimento das áreas de desenvolvimento socioemocional, motor, cognitivo e de comunicação no contexto da Educação Especial. Aponta para a falta de detalhes metodológicos dos profissionais para atingir os resultados, mostrando coerência na importância da presente pesquisa que prioriza a Educação Musical e a Formação Continuada de seus Professores.

No segundo artigo, Coutinho, Farias, Damasceno (2019) fazem um recorte das publicações nos anais dos *Congressos da Associação Brasileira de Educação Musical* no período específico de 2008 a 2018, voltado a observação exclusiva da utilização

da música com pessoas com SD. O recorte foi bastante útil para presente pesquisa, inclusive pelo fato do Congresso pesquisado ser direcionada a temática da Educação Musical.

O terceiro artigo, Fantini, Joly, Rose (2016) não é diretamente relacionada a Síndrome de Down, entretanto faz um levantamento amplo de todos os trabalhos sobre Educação Musical Especial dos 30 anos anteriores a sua publicação, apontando assim quais deficiências apresentavam carências no número de pesquisas e publicações na área, o que representa um pilar de sustentação e justificativa para a presente pesquisa, pois o número de trabalhos referentes a Síndrome de Down foi bastante baixo, apenas dois trabalhos, em comparação aos de Deficiência Visual por exemplo, que obtiveram o número de 21 (vinte e um) trabalhos.

Assim a presente pesquisa utiliza caminhos apontados por pesquisas anteriores para aprofundar as questões referentes a lacuna histórica de trabalhos na área, a abordagem pedagógica de metodologias da Educação Musical e a ampliação do levantamento bibliográfico.

Esta pesquisa é de caráter quantitativo e qualitativo, exploratório bibliográfico, com delimitação cronológica do levantamento bibliográfico estabelecida pelas datas das publicações encontradas, compreendidas entre os anos 2002 e 2020, resultado de buscas realizadas na *internet*, em plataformas que disponibilizam conteúdo integral de publicações acadêmicas com acesso livre.

O primeiro passo metodológico foi o levantamento bibliográfico do estado da arte. Em seguida, procedeu-se uma reflexão sobre a prática docente da Educação Musical com pessoas com SD à luz da atualização que as pesquisas mais recentes oferecem sobre o assunto. O confronto entre as bibliografias selecionadas e direcionadas a este tema, fomentado no âmbito desta pesquisa, permitiu a oferta de subsídios para apontamentos relacionados à formação inicial e continuada dos profissionais atuantes na área.

Os principais referenciais teóricos se dividiram entre Penna (2020) e Laville; Dionne(1999) no levantamento bibliográfico.

Na abordagem específica da Síndrome de Down a pesquisa orienta-se por Silva; Dessen (2002), Sasaki (2009) e Buckley; Bird (1994).

Na Educação Musical, Louro (2018, 2012). Gainza (1988), Ravagnani (2009).

Nos códigos normativos em legislações brasileiras Cunha; Lima, (2020) e Bagolan Et Al (2018).

De modo geral a pesquisa se fixou na recente bibliografia levantada nesta

pesquisa.

O capítulo inicial faz uma abordagem expositiva referente à Síndrome de Down em suas características, prognósticos e legislação. Considera-se fundamental ao professor conhecer a deficiência, para que assim desenvolva as melhores estratégias e os prováveis prognósticos que estarão presentes no processo pedagógico. A falta deste conhecimento conduz ao risco do professor rotular o aluno, limitando, inclusive, as possibilidades de seu desenvolvimento. Diante disso demonstrou-se como necessário um esforço para coligir informações presentes na bibliografia específica sobre SD, oriunda de diferentes áreas, paramunir o educador musical com um mínimo necessário a respeito das características e eventuais prognósticos que venham a dificultar o processo de aprendizagem dos alunos e orienta-lo nas possibilidades e estratégias de ensino.

O capítulo seguinte problematiza, resumidamente, alguns pontos relevantes nas idades vindas relativas ao entendimento sobre a presença da Educação Musical na Educação Básica no Brasil, os desafios e as perspectivas para o futuro, relacionando-as com as enfrentadas pelo desenvolvimento, implantação e marcos legais da Educação Especial e da Educação Inclusiva desde o início do século XX até os dias atuais.

Neste capítulo é abordada também a importância que a formação continuada exerce na Educação Musical e na Educação Especial.

Nos termos da lei, a música está voltando à escola (ou deveria estar) e a inclusão de estudantes com deficiência(s) está cada vez mais difundida. Ou seja, os professores de música mais frequentemente vão se deparar com a realidade de transtornos, distúrbios e deficiências, em seu fazer pedagógico. Por isso, para conseguir lidar com essa nova realidade, precisam se munir de novas ferramentas (LOURO, 2018, p. 188).

A formação continuada dos professores é a estratégia utilizada para que as lacunas encontradas entre a formação inicial e a prática profissional sejam superadas. A demanda da Educação Inclusiva e da Educação Musical são distintas e a intercessão entre as duas especificidades equivalem a inúmeras possibilidades pedagógicas.

O capítulo final apresenta um balanço bibliográfico da produção acadêmica dedicada ao tema, a partir da análise dos diversos trabalhos identificados no levantamento sistemático. Os resultados foram organizados em quatro categorias:

- a) Apresentam a Educação Musical de pessoas com SD como temática exclusiva;
- b) Abordam a Educação Musical com pessoas com distintas deficiências, incluindo a SD;
- c) Apresentam a Educação Musical aliada a outras práticas pedagógicas com pessoas com SD ou distintas deficiências incluindo a SD;
- d) Utilizam a música com pessoas com SD fora do contexto da Educação Musical.

Destas categorias, serão destacados os trabalhos relacionados apenas à primeira, ou seja, os que *Apresentam a Educação Musical de pessoas com SD como temática exclusiva* e estes serão divididos em três categorias a saber: trabalhos abordando *Educação Musical com crianças com SD*, trabalhos abordando *Educação Musical com adolescentes e/ou jovens com SD* e trabalhos abordando a *Formação do professor de crianças e/ou jovens com SD*. Encontram-se nesta última, as publicações que direcionaram o foco mais específico estabelecido no desenvolvimento da presente pesquisa.

O levantamento bibliográfico realizado neste capítulo apresenta-se como possível contribuição para futuras pesquisas que abordem as diversas possibilidades (como exemplo: terapêuticas, motoras, interpessoais, entre outras) que a utilização da música com pessoas com SD demonstra oferecer.

2 SÍNDROME DE DOWN - TRISSOMIA 21

Síndrome de Down não é uma doença e sim uma condição humana causada pela trissomia no cromossomo 21. A maioria da população humana nasce com um total de 46 cromossomos em cada célula, divididos em pares, e uma parcela da população, 1 em cada 700 brasileiros (aproximadamente 270 mil pessoas no país), nascem com um cromossomo extra, ligado ao par do vigésimo primeiro cromossomo e são denominadas pessoas com Síndrome de Down ou, mais contemporaneamente, de pessoas com Trissomia 21 (T21) (SERÉS, 2011).

Por apresentarem características físicas específicas, que serão apontados ao longo do texto, e Deficiência Intelectual (Cognitiva) em níveis variados, durante a maior parte da história da humanidade, essas pessoas sofreram preconceitos. Em alguns momentos da História da Humanidade, as pessoas com Síndrome de Down chegaram, em certas regiões do mundo, a ter seu direito a vida cerceado, com episódios de abandono à morte ou afogamento logo após o nascimento (ALMEIDA, 2021). Na Grécia Antiga, tais práticas eram comuns. Entre os romanos, inclusive, existiam leis que permitiam a morte dessas pessoas e de outras com deficiências diversas. Na Idade Média, existiam interpretações diversas sobre as pessoas com Síndrome de Down, relacionadas em alguns casos, a bruxaria profana e, em outros, à sacralidade. Pintores como Andrea Mantegna (1431-1506) e Jacobs Jordaens (1539-1678) retrataram crianças com traços característicos da síndrome em contextos sacros nos quadros ***Madona e Criança, Virgem e Criança com São Jerônimo e Louis de Toulouse, Virgem e Criança do primeiro autor e Adoração do Pastor e Sátiro com Camponeses do segundo, por exemplo (op.cit)***. Todas as imagens e referências foram colidas da internet no site *Movimento Down*, sob responsabilidade da autora anteriormente citada neste parágrafo.

Figura 1 - Pintura Madona e Criança



Fonte: Andrea Mantegna, cerca de 1460 – Mântua, Itália

Figura 2 - Pintura Virgem e Criança



Fonte: Andrea Mantegna, cerca de 1460 – Mântua, Itália

Figura 3 - Pintura Adoração do Menino Jesus



Fonte: Autor não confirmado, cerca de 1515 - Bélgicaou, Alemanha

Figura 4 - Pintura de Criança e Macaco



Fonte: Autoria provável do artesão do altar da catedral, 1505 - Dusseldorf, Alemanha

O primeiro médico a perceber e correlacionar as características desta síndrome foi John Langdon Down, em 1866, influenciado pelos conceitos evolucionistas da época. O trabalho do referido médico afirmava a existência de raças superiores a outras, sendo a deficiência mental característica das raças inferiores (SILVA; DESSEN, 2002). Assim, a Síndrome de Down, no início de sua descoberta, era entendida como uma raça específica, que devido a algumas características físicas similares, foi associada à população asiática da Mongólia. Este foi o motivo que levou a se usar a denominação mongolóide, por muitos anos, inclusive em publicações acadêmicas, para se referir às pessoas com a Trissomia 21;

A denominação de síndrome de Down só foi proposta após várias outras denominações terem sido usadas: imbecilidade mongolóide, idiotia mongolóide, cretinismo furfuráceo, acromicria congênita, criança mal-acabada, criança inacabada, dentre outras. Obviamente, alguns desses termos apresentam um alto grau pejorativo, incluindo o termo mongolismo, que foi amplamente utilizado até 1961, quando as críticas contrárias ao seu uso despontaram. (SILVA; DESSEN, 2002 p. 167).

Posteriormente a denominação se fixou como *Síndrome de Down* em homenagem ao médico que fez as primeiras observações categóricas, John Langdon Down. Existem, entretanto, vertentes contemporâneas que defendem a substituição do termo para *Trissomia 21* ou somente 'pessoas com T21'. Alegam que, em casos nos quais a nomenclatura, por algum erro de grafia, desconsidera o nome "Down"

como originário de um nome próprio e escrito sem a letra maiúscula, acaba contribuindo para atitudes e/ou entendimentos que ainda são, ou podem vir a ser, motivos de interpretações pejorativa por fazer alusão ao termo em inglês *down* dando a entender: pessoas inferiores ou de menor valia.

Esta discussão é ainda significativamente informal, pois não existem artigos acadêmicos que a defendam, porém gradativamente ganha adeptos, principalmente nas plataformas digitais especializadas na área. Como foi demonstrado, os conhecimentos referentes a síndrome são recentes e não será de se estranhar que, com a dinâmica da comunicação contemporânea, em um futuro próximo, esta nomenclatura possa vir se consolidar como a mais correta para se definir as pessoas com a síndrome.

É difícil que toda a população conheça a origem do nome. Mas é muito simples associar a palavra *down* a uma coisa triste ou ruim. E ninguém vai ficar carregando um cartaz explicando a origem do nome *Down* no termo Síndrome de *Down*. No entanto, T21 não explica para os leigos o que é mas, também não carrega nenhuma associação negativa.

Acreditamos que pequenas mudanças, partindo de cada um de nós, colaboram promover a inclusão das pessoas com deficiência. E para o grupo T21 isso é importantíssimo, assim como foi excelente cair no desuso o termo mongolóide. (MANDETTA, 2020, p.29)

A escolha da nomenclatura adequada para se referir a estas pessoas é um dos desafios sociais de inclusão enfrentados atualmente, isso porque ainda prevalece a grande desinformação causada pelo histórico de isolamento e exclusão ao qual estas pessoas foram submetidas ao longo da história mundial.

Portanto, não podemos afirmar categoricamente que este ou aquele termo tem correção absoluta. O que podemos dizer é que cada palavra é mais adequada devido a reflexões compatíveis com os valores vigentes de cada sociedade frente à época em que ela vive. (SASSAKI, 2009 apud LOURO, 2012, p. 29)

O primeiro médico a sugerir algum desvio no cromossoma foi o oftalmologista holandês Waardenburg, em 1932, e uma rede mundial de pesquisas e descobertas em sequência levou o americano Adrian Bleyer, em 1934, a fazer suposições acerca da possibilidade de ser uma trissomia. Duas décadas depois, em 1959, o Dr. Jerome Lejeune, Patricia A. Jacobs e seus respectivos colaboradores descobriram, quase que simultaneamente, a existência de um cromossomo extra (SILVA; DESSEN, 2002). A

causa da Síndrome de Down ainda é desconhecida. Algumas pesquisas apontam para a grande incidência em fertilização tardia, ou seja, filhos de pais, tanto homens quanto mulheres, com idade mais avançada, o que não representa uma causa conclusiva por não acontecer a mesma situação em todos os casos.

2.1 Características da Síndrome de Down

As características podem variar entre as pessoas. Alguns traços, fenotípicos ou de personalidade, podem ser herdados dos pais e outros são comuns à síndrome. Faz-se importante destacar que algumas dessas características demandarão adaptações em contextos educacionais. Nem todas as características físicas preponderantes aparecerem concomitantemente, e é bastante comum que pessoas com SD apresentem:

Quadro 1 – Características Físicas Predominantes

Observação Geral		Descrição das Características
Cabeça	Olhos	Epicanto
		Fenda palpebral oblíqua
		Sinófris
	Nariz	Ponte nasal plana Nariz pequeno
	Boca	Palato alto
		Hipodontia
		Protusão lingual
	Forma	Braquicefalia
	Cabelo	Fino, liso e de implantação baixa
	Orelha	Pequena com lobo delicado
Implantação baixa		

Pescoço	Tecidos conectivos	Excesso de tecido adiposo no dorso do pescoço
		Excesso de pele no pescoço
Tórax	Coração	Cardiopatia
Abdome	Parede abdominal	Diástase do músculo reto abdominal
	Cicatriz umbilical	Hérnia Umbilical
Sistema Locomotor	Superior	Prega palmar única
		Clinodactilia do 5º dedo da mão
	Inferior	Distância entre 1º e o 2º dedo do pé
	Tônus	Hipotonia
		Frouxidão ligamentar
Desenvolvimento Global		Déficit pondero-estatural
		Déficit Psicomotor
		Déficit Intelectual

Fonte: Committee on genetic of American Academy of Pediatrics, 2011, apud BRASIL 2013 adaptado.

A deficiência intelectual¹ é, uma característica marcante e interfere no desenvolvimento da criança com Trissomia 21. São complicações clínicas comuns nestas pessoas a cardiopatia congênitas, a alterações oftalmológicas, a auditivas, a do sistema digestório, a endocrinológica, a do aparelho locomotor, a neurológicas, a hematológicas e a ortodônticas (BRASIL, 2013).

Buckley e Bird (1994) levantam várias características relevantes quanto ao desenvolvimento cognitivo e linguístico da criança portadora de síndrome de Down em seus primeiros cinco anos de vida, aqui sumarizadas:

- O atraso no desenvolvimento da linguagem, o menor reconhecimento das regras gramaticais e sintáticas da língua, bem como as dificuldades na produção da fala apresentados por essas crianças resultam em que apresentem um vocabulário mais reduzido, o que, frequentemente, faz com que essas crianças não consigam se expressar na mesma medida em que compreendem o que é falado, levando-as a serem subestimadas em termos de desenvolvimento cognitivo.

- Essas mesmas alterações linguísticas também poderão afetar o desenvolvimento de outras habilidades cognitivas, pois há maior dificuldade ao usar os recursos da linguagem para pensar, raciocinar e relembrar informações.
 - Vários estudos [...] têm atestado que crianças portadoras de Síndrome de Down apresentam uma capacidade de memória auditiva de curto-prazo mais breve, o que dificulta o acompanhamento de instruções faladas, especialmente se elas envolvem múltiplas informações ou ordens/orientações consecutivas. Essa dificuldade pode, entretanto, ser minimizada se essas instruções forem acompanhadas por gestos ou figuras que se refiram às instruções dadas.
 - No mesmo sentido, por apresentarem habilidades de processamento e de memória visual mais desenvolvidas do que aqueles referentes às capacidades de processamento e memória auditivas, as crianças portadoras de Síndrome de Down se beneficiarão de recursos de ensino que utilizem suporte visual para trabalhar as informações.
- É imprescindível que às crianças portadoras de Síndrome de Down seja dada toda a oportunidade de mostrar que compreendem o que lhes foi dito/ensinado, mesmo que isso seja feito através de respostas motoras como apontar e gesticular, se ela não for capaz de fazê-lo exclusivamente de forma oralizada (BUCKLEY; BIRD, 1994 apud BISSOTO, 2005, p. 82).

Dessa forma, é importante observar, especificamente, que características como atraso no desenvolvimento da linguagem e déficit de memória auditiva de curto prazo são fatores cognitivos que direcionaram pistas para um efetivo trabalho pedagógico com estas pessoas dentro da área da Educação Musical.

Existem algumas características e prognósticos que se repetem, e configuram desafios cognitivos para pessoas com SD, porém a extensa bibliografia que vem se formando acerca do assunto possibilita um intercâmbio de informações que alimenta o debate bibliográfico, como no caso de Hedler e Schambeck (2016) que questionam colocações de Ravnani (2009) quando, em suas práticas, encontraram resultados que não se adequaram aos propostos pela autora.

No que se refere à memória, Ravnani (2009, p. 22) relata que “crianças com Síndrome de Down podem ter dificuldades em reter informações, tanto por limitações ao recebê-las e processá-las, como para consolidá-las e recuperá-las.” A autora recomenda então planejar estratégias de aprendizado que utilizem a memória visual para auxiliar a memória auditiva. Na aula de Canto Coral, não eram manipulados outros meios visuais, senão o uso da folha com as letras das músicas. Paulo tinha todas as

folhas em sua pasta, mas não sabia ler as palavras, apenas repetia o que ouvia, ficando evidenciada a necessidade do apoio da voz do grupo de cantores para a sua memorização (HEDLER; SCHAMBECK. 2016).

A referência anterior, de Bissoto (2005, p. 82) citando Buckley; Bird (1994), afirma a posição defendida por Ravagnani (2009, p. 22) no trecho:

Vários estudos [...] têm atestado que crianças portadoras de Síndrome de Down apresentam uma capacidade de memória auditiva de curto-prazo mais breve, o que dificulta o acompanhamento de instruções faladas, especialmente se elas envolvem múltiplas informações ou ordens/orientações consecutivas. Essa dificuldade pode, entretanto, ser minimizada se essas instruções forem acompanhadas por gestos ou figuras que se refiram às instruções dadas (BUCKLEY; BIRD, 1994 apud BISSOTO, 2005, p. 82).

O que demonstra que as bibliografias estão em constante atualização, as afirmações e/ou confluências de opiniões, demonstram que a percepção sobre os limites da pessoa com SD não são facilmente determinados e que muito do que já foi colocado como limitação pode ainda ser refutado e surpreendido conforme estas pessoas tem acesso à oportunidade e ao conhecimento.

2.2 Desenvolvimento Cognitivo da Pessoa Com Síndrome de Down

Os estudos até agora desenvolvidos na área de cognição das pessoas com Síndrome de Down, como os citados anteriormente, de Bissoto (2005), Ravagnani (2009), Hedler e Schambeck (2016) entre outros, apontam para a realidade de que, quanto menos estereótipos limitadores, mais eficaz pode ser seu desenvolvimento. A diversidade de recurso, inclusive relacionado ao respeito e à compreensão de dinâmicas de tempo e espaço escolares e pedagógicos, é fundamental para a efetiva compreensão e interpretação do processo de desenvolvimento cognitivo de cada pessoa que, para além dos desafios genéticos e estruturais, se desenvolve dentro de realidades socioculturais diversas.

Estudos como o de Wishart (1996) apontam também para a possibilidade de que experiências negativas, como o acúmulo de tensões vividas em práticas educacionais anteriores ou situações traumáticas, podem ser as responsáveis por atitudes de baixa resposta cognitiva em situações de aprendizagem nas quais, por exemplo, não são alcançados resultados em habilidades cognitivas já desenvolvidas ou adquiridas anteriormente. Nestes casos, a criança ou o adolescente podem apresentar atitudes de “estratégias de fuga”, como demora para tomar iniciativa nas situações de aprendizagem, demandar por auxílio ou dependência, chamando atenção para questões emocionais como afastamento, excesso de afetividade entre outros.

Assim, o desenvolvimento da pessoa com Síndrome de Down é resultante de influências sociais, culturais e genéticas tanto quanto o de qualquer pessoa não portadora da síndrome. Foreman e Crews (1998), a respeito do lento desenvolvimento da linguagem, defendem o princípio de que as crianças portadoras de Síndrome de Down compreendem mais do que conseguem expressar. Por este motivo, torna-se importante o uso sistemático de comunicações alternativas em apoio à mensagem oral, com estímulos visuais, inclusive aumentativos, e principalmente, do estímulo à expressão destas pessoas.

2.3 Direitos e Legislação

No contexto legislativo, a Síndrome de Down é uma categoria representada dentro de um contexto mais amplo, o das pessoas com deficiência de modo geral.

Alguns marcos legais pavimentaram a trajetória de conquistas destas pessoas, os primeiros são relacionados à institucionalização e, ainda no império, três instituições foram criadas por D. Pedro II,

O rei criou três organizações que beneficiaram as pessoas com deficiência: o “Império dos Meninos Cegos”, em 1854 (posteriormente rebatizado como “Instituto Benjamin Constant”); o “Instituto dos Surdos-Mudos”, hoje conhecido como “Instituto Nacional de Educação de Surdos” (INES) e o “Asilo dos Inválidos da Pátria”, inaugurado em 1868 e cuja proposta era abrigar e proteger os soldados brasileiros mutilados em guerra ou operações militares (LOURO, 2012, p. 26).

No decorrer da história, essas instituições foram modulando sua forma de atendimento e gradativamente se integrando ao que hoje conhecemos como *Paradigma de Suporte*, que é o ideal contemporâneo de sociedade inclusiva. Segundo Louro (2012, p. 27), “o conceito baseia-se no pressuposto de que a pessoa com deficiência tem direitos à convivência não segregada e ao acesso imediato e contínuo aos direitos disponíveis aos demais cidadãos”.

O ano 1981, foi reconhecido pela ONU como o “Ano Internacional das Pessoas Deficiente”, considerado um marco no desenvolvimento deste paradigma. Segundo Louro (2012), iniciava-se assim, um esforço mais contundente para garantir o “suporte” necessário à garantia de recursos para o acesso equânime de todas as pessoas na sociedade, independentemente de suas características ou dificuldades específicas, assegurando adequações, adaptações e estratégias pedagógicas (nas escolas) para que toda pessoa tenha acesso à escolarização, ao convívio social, à oportunidade de trabalho e à acessibilidade. Depois desse marco histórico, a luta das pessoas com deficiência ganhou visibilidade e até hoje vem galgando espaços através de leis e decretos que garantem seus direitos na sociedade.

Neste contexto, é possível observar como são recentes as conquistas dessas pessoas que, em momentos históricos anteriores, foram tantas vezes estigmatizadas como atrações populares, algumas vezes até servindo de entretenimentos circenses ou enjauladas em zoológicos, quando não passavam a vida presas e isoladas do convívio social em suas próprias casas.

Todo esse histórico vem sendo corrigido com medidas legais de inclusão, que garantem direitos estruturais de acessibilidade social.

Dentro desta perspectiva e focando, especificamente, nas garantias legais

relativas à educação, a Constituição Federal de 1988, prevê e assegura no artigo 208, o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. (BRASIL, 1988)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, assegura no art. 53, o direito à educação com o objetivo de promover o desenvolvimento da pessoa, a qualificação para o trabalho e o exercício da cidadania. No inciso I, assegura a igualdade de condições de acesso e permanência para todas as crianças e adolescentes. No art. 54, inciso III, garante o atendimento especializado aos alunos com deficiência, e de preferência na rede regular de ensino.

A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, do Plano Nacional de Educação determina que os estabelecimentos e adotem estratégias que venham a garantir o atendimento das necessidades específicas da educação especial, assegurando o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades, com vistas a este público, tendo, assim, a criança, o adolescente e o adulto com Síndrome de Down e/ou outras deficiências, o direito garantido por leis à educação, a cidadania, à inclusão e à liberdade.

¹ “A deficiência intelectual é caracterizada por limitações nas habilidades mentais gerais. Essas habilidades estão ligadas à inteligência, atividades que envolvem raciocínio, resolução de problemas e planejamento, entre outras” (PIMENTA, 2017).

3 EDUCAÇÃO MUSICAL

Há existência de relatos historiográficos que comprovam a prática da Educação Musical formalizada pelos princípios eurocentristas já no primeiro século após a chegada dos portugueses no Brasil, aproximadamente em 1550;

O principal objetivo da Companhia de Jesus, fundada por Ignácio de Loyola, era o de levar a palavra de Cristo aos pagãos das terras recém- descobertas, e em 1549, apenas 9 anos após sua criação oficial, o padre jesuíta Manuel da Nóbrega chegou às terras brasileiras. No início da atuação dos jesuítas na América Portuguesa, a música foi utilizada extensivamente. Logo após a chegada no Brasil, os padres jesuítas perceberam no uso do canto e de instrumentos uma ferramenta eficiente na conversão de indígenas. A atração que estes exerciam sobre os índios era notória, e expressa em diversos documentos dos cronistas da Companhia de Jesus, desde o início da sua atuação até o séc. XVIII. (HOLLER, 2005, pg.1131)

Esta prática perdurou até 1759 com a expulsão dos jesuítas no Brasil. Mesmo após meio século, com a chegada da corte portuguesa no Brasil, não aconteceram alterações na “prática de aprendizado musical herdada do século XVIII, a qual poderia ser feita diretamente nas catedrais e sé e em algumas matrizes que mantinham grupos musicais ou nos regimentos militares”. (CARDOSO, 2008, pg. 126)

Somente a partir do século XX que vários educadores e compositores do mundo todo desenvolveram metodologias de ensino musical que influenciaram e até hoje influenciam a Educação Musical no Brasil. Nomes como Zoltán Kodály, Heitor Villa-Lobos, Jacques- Dalcroze, Carl Orff, Keith Swanwick, Violeta Hemsy de Gainza, Shinichi Suzuki, Hans- Joachin Koellreutter, dentre outros, trouxeram contribuições que ampliaram a perspectiva da Educação Musical para além da formação tecnicista voltada ao aprendizado de algum instrumento musical específico. Colocaram a discussão do ensino e desenvolvimento da musicalidade humana dentro da Sociologia, da História, da Filosofia, da Educação, da Antropologia dentre outras vertentes que trouxeram importantes ressignificações para seus objetivos pedagógicos.

Assim, as práticas pedagógicas foram influenciadas por avanços nas pesquisas a respeito do estruturalismo, da teoria da comunicação, da psicologia do desenvolvimento, da linguística moderna, da aprendizagem, da inteligência, da dinâmica de grupos e das técnicas de expressão e integração sensorial como um todo

(GAINZA, 1988).

A Educação Musical desenvolveu perspectivas voltadas para a exploração da matéria sonora, produzindo, sobretudo, novas posturas estéticas e filosóficas diante do protagonismo musical e da criatividade. O aprender musical começou a ser defendido para além do conhecimento da área propriamente dita, ampliando suas práticas pedagógicas para o desenvolvimento de capacidades como as de integração em grupo, de autoafirmação, de auto expressão por meio da voz ou corpo, de motricidade, de produção de ideias, verbais ou não verbais, de cooperação, de empatia, de autonomia, de solidariedade e de respeito. Joly defende que “o desenvolvimento musical está relacionado com outros processos de cognição, tais como o desenvolvimento da memória, da imaginação e da comunicação verbal e corporal” (JOLY, 2003, p. 113).

Desta forma, Rocha, Paulo, Ribeiro afirmam que a “música valoriza e implementa competências sociais, reforça a importância da socialização e cidadania entre pares, proporciona uma melhor abertura ao respeito e amizade” (2018, p. 142). Essas consequências comumente relatadas depois de experiências musicais em contexto pedagógica e/ou em práticas de conjunto musicais, demonstram que “cantar, tocar um instrumento musical, individualmente ou com outras pessoas, pode constituir um paralelismo de comunicação, coordenação, despertar de emoções e expressão de sentimentos, principalmente em crianças com déficit cognitivo e motor” (op.cit.).

Os benefícios apontados pela prática da Educação Musical extrapolam as margens pedagógicas e auxiliam a aquisição de competências. Assim, as habilidades musicais vão se desenvolvendo em paralelo a vários benefícios, como os destacados por Ilari (2006) e citados por Ravagnani (2009):

- Benefícios psicológicos: o ser humano se comunica afetivamente através da música.
- Benefícios emocionais: por meio do canto materno, a música pode fornecer ao indivíduo um senso de tranquilidade e proteção.
- Benefícios culturais: as experiências musicais contam a nossa história, quem fomos, somos e seremos, além de traduzirem e perpetuarem os elementos de cada cultura.
- Benefícios auditivo-educacionais: a música é uma forma de conhecimento: enriquecer a percepção sonora e educar o ouvido propicia uma base musical sólida para os futuros ouvintes. (ILARI, 2006 apud RAVAGNANI, 2009, p. 36)

A música é uma prática humana, se manifesta de diferentes formas em

diferentes culturas e assume significados distintos para cada situação. A Educação Musical não deveria ser privilégio e sim um direito garantido por se mostrar benéfica inclusive para o desenvolvimento emocional, social e cognitivo. Estudos demonstram que esta prática pode auxiliar pessoas típicas, pessoas deficientes e a socialização entre ambas (JOLY, 2003; RAVAGNANI, 2009; GAINZA, 1988; ROCHA, PAULO, RIBEIRO, 2018).

3.1 Legislação

Este contexto levou a Educação Musical para patamares abrangentes que são inclusive preconizados em documentos normativos como a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018):

A música, por exemplo, deve ser ensinada pela percepção, pela experimentação, pela reprodução, pela manipulação e pela criação de materiais sonoros diversos, dos mais próximos aos mais distantes da cultura musical dos alunos por meio de um processo que lhe permita vivenciar a música inter-relacionada à diversidade e desenvolver saberes musicais fundamentais para sua inserção e participação crítica e ativa na sociedade (BRASIL, 2017, p. 193).

A implementação da Educação Musical no sistema de ensino brasileiro vem sofrendo significativas modificações ao longo do início do séc. XX até os dias atuais.

Desde a primeira regulamentação do ensino de canto orfeônico em 1931 até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, as políticas governamentais valorizaram o ensino de música, ainda que a metodologia empregada não abrangesse o desenvolvimento musical integral, por estar restrita ao canto orfeônico e submissa aos princípios culturais, morais e de civismo que regiam a política e a economia da época (CUNHA; LIMA, 2020, p. 80).

Isso porque até a década de 60 o sistema de ensino brasileiro priorizava o estudo técnico e instrumental na Educação Musical. Desde então várias modificações legislativas aconteceram e dificultaram significativamente a continuidade do ensino de música da população brasileira, que até hoje luta para garantir o direito de todo cidadão brasileiro à Educação Musical.

A partir de 1961, a legislação brasileira implantou três importantes ordenamentos para a educação nacional: a Lei Ordinária nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que

fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); a Lei Ordinária nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 que fixou as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus e a Lei Ordinária nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, ainda uma referência nacional que vem sendo alterada inúmeras vezes em função de novas redações, vetos e inclusões de trechos e artigos a partir da aprovação de leis paralelas (CUNHA; LIMA, 2020, p. 81).

Até a década de 1990, a Educação Musical dentro do sistema de ensino, ficou renegada a uma disciplina conhecida como *Educação Artística*, onde perdeu espaço gradativamente para as Artes Visuais. Neste percurso a música perdia também cada vez mais espaço como componente curricular.

O ensino musical, quase extinto no ambiente escolar, deu lugar às práticas musicais recreativas extracurriculares, ocorrendo o mesmo com o ensino do teatro e da dança, que só estavam nessas escolas nas festividades previstas no calendário escolar ou como ferramenta pedagógica para o ensino de outras disciplinas, a exemplo, o ensino de história por meio de encenação, ou o ensino de língua portuguesa por meio de uma paródia - algo muito precário. Dessa forma, o ensino artístico passou para um segundo plano, sem espaço próprio no currículo, na carga horária e na estrutura física das escolas (CUNHA; LIMA, 2020, p. 83).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que apesar das várias modificações, é a que está em vigor até hoje, começou a reverter este quadro colocando o **ensino de arte** na matriz curricular do brasileiro, porém a música continuou com pouco espaço, principalmente devido à cultura vigente de priorizar as artes visuais.

Somente em 2008 a música voltou a ter espaço na legislação brasileira, com a Lei nº 11.769 de 18 de agosto de 2008, que considerou a música conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular da Educação Básica. Entretanto, a lei foi novamente modificada em 2016 e o artigo 26 da LDB nº 9.394/96 recebeu novo texto, no qual se incluía a obrigatoriedade do ensino de teatro, dança e artes visuais, ao lado da música e sob igualdade de condições. Lê-se na Lei nº 13.278, de 02 de maio de 2016, parágrafo sexto: “As artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2º deste artigo” (BRASIL, 2016).

Hoje, a implementação da Educação Musical no ambiente escolar permanece

garantida por legislação, entretanto com muitos desafios, pois esbarra na dificuldade de formação dos profissionais, que ainda representam um número de formados muito inferior à demanda, além do fato de a realidade legislativa colocar as linguagens “sob igualdade de condições” e as faculdades, em grande maioria, ainda oferecerem apenas as licenciaturas nas áreas específicas da arte: teatro, dança, música e artes visuais. Desta forma, capacitam os professores para atuarem em áreas específicas, na contramão legislativa. Os cursos de formação continuada e de pós graduação são a opção encontrada pelos profissionais da educação para tentar ampliar os recursos pedagógicos e não privar os alunos do conhecimento.

Somando-se a este desafio, há a especificidade da educação das pessoas com deficiência, que como foi abordado anteriormente, também representam uma demanda recente para adaptação do conteúdo e para formação do professor.

3.2 Educação Musical e Inclusiva

Importante enfatizar a diferença entre os dois termos: Educação Especial e Educação Inclusiva. O primeiro é mais antigo e envolve um contexto totalmente dirigido às pessoas com deficiência, ou seja, é a educação voltada exclusivamente para pessoas deficientes, apartada das pessoas ditas como típicas, sem deficiência. Durante um período recente da história, a Educação Especial representou a única opção de escolarização das pessoas com deficiência. Este período deixou um legado importante, pois trouxe conhecimentos particularizados para as deficiências ou para as principais demandas de inclusão. Ainda hoje representa uma especificidade importante por estudar as características particularizadas das pessoas com deficiência, o que contribui para inclusão social.

A Educação Inclusiva representa o mais recente paradigma dentro da socialização das pessoas com deficiência, o *Paradigma de Suporte*, que como explicado no capítulo anterior, defende que todo cidadão precisa ter acesso com igualdade de direitos, à escola, ao trabalho, e à vida em sociedade. Para tanto, como determina a legislação, a educação deve ser oferecida para todas as pessoas independente de suas diferenças ou dificuldades.

O exercício da inclusão de todos na escola, independentemente de seu talento, deficiência, origem social, econômica ou cultural, propõe uma real transformação no espaço escolar a fim de certificar uma

educação centrado no indivíduo e nas suas necessidades, proporcionando uma escola que atenda a todas as crianças (BAGOLAN et al, 2018, p. 05).

Esta realidade demanda preparação tanto do professor quanto da escola, o que, infelizmente, ainda não está acontecendo da forma mais adequada, pois a implementação da inclusão ainda é recente. Alguns professores procuram formação continuada para se instrumentalizarem e os professores recém formados, que tiveram alguma adequação curricular neste sentido, ainda estão em número reduzido em detrimento a demanda.

A inclusão não se dá apenas pela inserção e/ou pela aceitação de crianças com deficiência na escola regular, mas sim no ato de considerar as características de cada indivíduo como ser único, capaz de construir seu conhecimento, desde que sejam dadas as condições necessárias à sua participação no processo de ensino e aprendizagem (BAGOLAN et al, 2018, p. 05).

Neste sentido, a inclusão pode se dar dentro de realidades que extrapolam a deficiência, referindo-se também a grupos sociais representantes de minorias, como é o caso da inclusão indígena, inclusão nômade dentre outras.

A Educação Musical, por proporcionar recursos diversos de expressão e socialização para as pessoas, é uma ferramenta com grande potencial de contribuição neste processo de transição para a Educação Inclusiva. Esta colaboração é importante porque o trabalho interdisciplinar dentro da escola inclusiva é fundamental, e como relatado anteriormente, a música tem um potencial muito significativo para o desenvolvimento das pessoas típicas e das com deficiência.

Dessa forma, a colaboração entre os pares é primordial nesse processo, uma vez que a escola que se propõe inclusiva, atende às necessidades das crianças com e sem deficiência, contribuindo para que a cooperação, a socialização, a sensibilidade e a aceitação estejam presentes em todo o processo de ensino e aprendizagem (BAGOLAN et al, 2018, p.07).

A Educação Musical Inclusiva, pode acontecer dentro de instituições exclusivamente voltadas à Educação Musical, como, por exemplo, em conservatórios de música ou com professores particulares. Ainda existem algumas instituições exclusivas para pessoas com deficiência, onde é possível encontrar Educação Musical Especial. Entretanto, atualmente todas passam por reformulações

de modo a se adequarem à realidade de integração social proposta pelo Paradigma de Suporte vigente em nossa época.

A Educação Especial é imprescindível pois, só é possível incluir a partir das necessidades e demandas individuais, considerando as especificidades, as facilidades e as dificuldades humanas frente a cada deficiência específica.

Salutar que o professor de Educação Musical e todo professor independente da disciplina que leciona, conheça o aluno e sua deficiência, de forma a proporcionar o paralelo mais adequado para o desenvolvimento da aprendizagem em contexto inclusivo. Neste caso, é imprescindível que o professor tenha a formação na área de *Educação Especial* para que consiga o exercício pleno da Educação Inclusiva.

3.3 Formação Continuada de Professores

A Formação Continuada dos professores é a estratégia utilizada para que as lacunas encontradas entre a formação inicial e a prática profissional sejam superadas. A interseção entre a Educação Inclusiva e a Educação Musical resulta em múltiplas possibilidades pedagógicas, entretanto exigem conhecimentos específicos distintos.

Os profissionais da educação precisam estar constantemente em atualização para que a organização socioeducativa no ambiente escolar esteja a serviço das apropriações necessárias a um espaço pedagógico envolvente, inspirador, frutífero e inclusivo.

A prática de reflexão entre os parceiros profissionais e a busca de informações e metodologias atualizadas, oferecidas inclusive em outras áreas do conhecimento como a psicologia, a sociologia e a filosofia, é fundamental e enriquece a formação profissional do professor de forma contínua. “O conhecimento resulta do trabalho humano no processo histórico de transformação do mundo e da sociedade, através da reflexão desse processo” (GASPARIN, 2009, p.4).

3.3.1 Formação continuada em Educação Musical

Por mais que a Educação Musical se apresente com potencial amplo de desenvolvimento humano, é preciso considerar e valorizar as demandas pedagógicas, não privando nenhum aluno do conhecimento e do conteúdo programático disciplinar em detrimento dos benefícios já mencionados anteriormente, oriundos e bem

documentados na prática da Educação Musical.

A pessoa com diversidade funcional² pode querer aprender música e desejar trabalhar suas potencialidades musicais e o professor precisa dar apoio e estimulá-lo nesse processo e não apenas utilizar a educação musical como meio de reabilitação desse indivíduo, uma vez que aceitar a diversidade na escola é reconhecer o indivíduo, suas particularidades e singularidades, acolhendo o seu saber e sua forma de aprender (FERREIRA; SÁ, 2020, p. 03).

Como o hiato de tempo sem a prática efetiva da Educação Musical no sistema de ensino brasileiro foi muito grande, atualmente existem professores, exceto os de Educação Musical, que, simplesmente, nunca tiveram sequer uma aula de música em nenhum momento de suas trajetórias estudantil, acadêmica, em aulas particulares paralelas a escola ou no ensino regular. Esta dificuldade esbarra ainda em um universo sedimentado pela ideia popular de que o acesso à música “é para quem tem talento”, ou seja, dotado de alguma habilidade especial destinada a poucos predestinados ou escolhidos pelo destino, ou para quem tem condição financeira privilegiada.

Constantemente ouvimos que a educação musical é essencial para a formação de todos, que ela trabalha aspectos importantes da personalidade, como concentração, autodisciplina, capacidade analítica, valores qualitativos e que faz parte da cultura de todos os povos, dentre outras questões. Mesmo assim, em nosso país, poucos passam por um processo musicalizador de qualidade na infância. Precisamos inserir nesse contexto aqueles com deficiências, que ainda são pessoas marginalizadas para certas práticas sociais; poucas usufruem desta arte com o mesmo direcionamento e eficácia que os demais (LOURO, 2018, p.190).

Esta realidade sugere uma dificuldade peculiar para os cursos de formação continuada nesta área, pois precisam atender a demandas destes professores, sem formação musical nenhuma, que em geral são professores dos Anos Iniciais e da Educação Infantil e, ao mesmo tempo, a dos professores de outras linguagens artísticas (teatro dança e artes visuais) que tiveram formação totalmente voltada para suas áreas específicas.

Sendo assim, a formação continuada em Educação Musical deve buscar ferramentas para instrumentalizar os professores de forma que conhecimentos musicais não sejam simplesmente direcionados ao aprendizado técnico de um instrumento musical ou da leitura de partituras convencionais – conhecimento que deve ser introduzido aos poucos e em determinados casos. A tarefa é viável a partir

do trabalho direto com as características do som, do silêncio, a manipulação de fontes sonoras produzidas com sucatas ou através de objetos sendo utilizados com objetivo de produzir sons (exemplo: duas colheres sendo percutidas), acompanhamento de células rítmicas tradicionais utilizando o corpo percutido ou outros objetos, pulsação, partituras alternativas, canto coral etc.

Aos poucos, todas os professores podem ser instrumentalizadas para trabalhar elementos da Educação Musical com seus alunos. A música é um conhecimento adquirido, assim como a matemática, a história, o português ou a geografia, e é um direito de todos ter acesso a ela.

3.3.2 Formação Continuada em Educação Especial

A formação continuada na Educação Especial não se concretiza plenamente por um único curso, porque, assim como existem diversas deficiências, é preciso adentrar o conhecimento em áreas específicas, como no caso da presente pesquisa, que se dedica particularmente ao conhecimento da Síndrome de Down.

As escolas inclusivas necessitam de professores/educadores e auxiliares de classe com formação continuada voltada às necessidades dos educandos com limitações específicas de aprendizagem, pois sabemos, o quanto é significativo compreendermos a diversidade na teoria, para fazer a diferença na prática, onde ambas devem atuar juntas no processo de ensino-aprendizagem (Teoria X Prática) (OLIVEIRA, 2017).

Assim, a formação pode se dar em diferentes perspectivas e instrumentalizações que abarquem, por exemplo, LIBRAS, o braile ou que respeite a especificidade de qualquer aluno incluso.

Estudos revelam os desafios postos à formação de professores no processo de inclusão escolar, ressaltando o quanto os professores se sentem despreparados em sua prática docente no enfrentamento das diferenças cognitivas, sensoriais e físicas que interferem na aprendizagem dos alunos com deficiência. (GIROTO, CASTRO 2011, MICHELS 2011, MONTEIRO, MANZINI, 2008, QUATRIN, PIVETTA, 2008, VITALIANO, 2007, LEÃO et al., 2006) (OLIVEIRA, 2017).

3.3.3 Formação Continuada em Educação Musical Especial

A formação continuada específica em Educação Musical Especial é, ainda menos comum, justamente pela união das duas especificidades apontadas anteriormente. Na maioria dos casos, existem algumas disciplinas referentes à inclusão dentro de alguns cursos de formação continuada em música. Isso está apontado na bibliografia especializada:

Poucos são os profissionais da área da Educação Musical, sobretudo no Brasil, que se lançam, com afinco, à questão do ensino musical neste contexto e, mais raros ainda, são aqueles que conseguem transformar, em ação e prática, os conhecimentos que existem a esse respeito (RAVIGNANI, 2009, p. 42).

Viviane Louro relata sua experiência sobre esta realidade:

Para alcançar a todos de alguma forma significativa, não basta somente um discurso bonito e boa vontade, é necessário muito estudo, trabalho, inovação, flexibilidade pessoal e intelectual, bem como investimento financeiro. Percebo, oferecendo cursos para professores nos mais diversos locais do Brasil, que como pessoas querem receitas prontas de como dar uma aula para aquela pessoa com uma certa patologia. Isso não existe! Pormais que desenvolvam as técnicas, por exemplo, para dar aulas direcionadas a crianças de 2 a 4 anos (sem deficiência), cada criança é único aprendizado e, para algumas, certa metodologia "x" funcionará melhor do que para as outras. Eis porque existem tantos materiais, abordagens e métodos diferentes de musicalizar (LOURO, 2018, p. 55).

Existem alguns casos de professores que encararam o desafio e conseguiram auxiliar músicos notáveis com deficiência, como a pianista Isaura Margarita (Mexicana), o cavaquinho também com Síndrome de Down Eduardo Gontijo, conhecido como Dudu do Cavaco (brasileiro), o grupo de música punk finlandês *PKN (Pertti Kurikan Nimipaivat)*, o pianista e professor de música deficiente auditivo Junior Gronga, o guitarrista Tony Melendes que não tem os dois braços, o trompista, também sem braços Felix Klieser, o cantor Thomas Quasdorf, o violonista Neneu Liberalquino e a *Banda Baião de 2³* de Brasília composta por integrantes com deficiência intelectual e múltipla, sendo um deles com SD.

A história também deixou alguns exemplos de músicos que adquiriram deficiências, mas não deixaram de se desenvolver em suas carreiras profissionais,

como é o caso Ludwig Van Beethoven que ficou surdo no final da vida e de Johann Sebastian Bach e Joseph Haydn que perderam a visão. Claro que, nestes últimos exemplos, os músicos possuíam bagagem e conhecimento anteriores; todavia, as deficiências trouxeram desafios novos que também representaram habilidades desenvolvidas fora do padrão típico de desenvolvimento e são representações significativas de que não se deve menosprezar o processo de aprendizagem de nenhum ser humano. Estes são alguns exemplos de que a deficiência não é propriamente um impeditivo para a Educação Musical.

As possibilidades inclusivas se ampliam constantemente e cada professor deverá buscar, dentro de sua realidade, a formação continuada que será mais útil para o atendimento adequado de seus alunos. “Acredito na importância de um professor informado, atualizado e atento; que tenha em vista tanto trabalhar as questões musicais, que são essenciais, como também as sutilezas que afetam todo o processo” (LOURO, 2018, p. 190).

3.4 Educação Musical e Síndrome de Down

Inicialmente é preciso tomar cuidado para não fazer generalizações que limitem o potencial ou cerceiem a vontade de aprender da pessoa com Síndrome de Down. No capítulo anterior foram citados alguns exemplos de pessoas com SD que conseguiram se desenvolver musicalmente, demonstrando a viabilidade do ensino de música em contexto especial.

Não existe um caminho metodológico específico para nenhuma deficiência, mas sim procedimentos e estratégias pedagógicas para pessoas, seres humanos com características diferenciadas. Neste sentido, é importante ter conhecimento acerca de diagnósticos e prognósticos, sem deixar que isso defina ou determine toda a complexidade e particularidades de qualquer indivíduo (LOURO, 2018). No caso da SD:

O ritmo de desenvolvimento intelectual da criança com Síndrome de Down é diferente, apresentando um tempo de atenção menor, precisando ser estimuladas desde o nascimento, para que amadureçam suas funções neurais e desenvolva suas potencialidades. Em virtude dessas características deve-se levar em consideração aspectos individuais de cada criança com a síndrome, ela irá se desenvolver de maneira particular, uma vez que existem características únicas e singulares entre todas as pessoas

como fatores culturais, sociais, de herança genética e as educacionais (FERREIRA; SÁ, 2020).

Nem todos estudam música com objetivo de se tornarem músicos profissionais, ou montarem uma banda, ou se apresentarem em algum contexto dessa natureza. A Educação Musical pode servir como meio de expressão, interação e socialização em contextos que não necessariamente envolvam a participação ativa/executante. A fruição, a apreciação, o envolvimento, podem acontecer de formas variadas de pessoa para pessoa e a Educação Musical representa uma oportunidade para esse contato e vivência com a experiência musical. Não cabe ao professor fazer julgamentos a respeito da forma que cada pessoa tem de se relacionar com a música.

Não podemos julgar quem se predispõe a aprender - É necessário questionare discutir profundamente o papel do professor e sua formação. Nós, enquanto educadores, precisamos ficar sempre atentos para não acreditarmos que se pode julgar os estudantes, categorizando-os entre os que "podem" ou "devem" e os que "não podem" ou "não devem" aprender; minha prática profissional me informa diariamente: não existe quem não possa aprender. Isso não significa que todas as pessoas com deficiência(s) que estudaram comigo tiveram os mesmos resultados musicais. Certamente que não, mas isso também ocorre com quem não apresenta qualquer deficiência. Em uma sala de aula comum, há alunos com diferentes formações, intenções, habilidades e dificuldades e, por esse motivo, cada um apresentará um resultado diferente diante do aprendizado musical e/ou na performance instrumental. Isso geralmente não é abordado pelos professores frente a pessoas sem deficiência(s), mas quando diante daqueles com comprometimentos cognitivos, físicos ou comportamentais, tal questionamento emerge (LOURO, 2018, p. 54).

Por mais que a prática da Educação Musical, mesmo voltada para o desenvolvimento da musicalidade, tenha como objetivo a ampliação das habilidades relacionadas ao aprendizado musical, na prática, sempre acontece um desenvolvimento mais amplo, alcançando variados níveis nas áreas psicológica, motora, cognitiva e relacional. O alvo da Educação Musical não é terapêutico. Todo processo de aprendizagem resulta em desenvolvimentos pessoais, que extrapolam o propósito pedagógico inicial. Desta maneira, direcionar a prática para questões específicas, determinadas por certas patologias, não corresponde um desvio pedagógico, pois o desenvolvimento global auxilia a evolução musical num processo contínuo que se retroalimenta.

A educação musical, por sua vez, norteia o aprimoramento da audição, dicção, coordenação motora e percepção o que termina por contribuir com a concentração e, portanto, favorecendo grandes avanços, não só no aspecto intelectual, mas também nas áreas sociais e afetivas, atingindo assim, desenvolvimento suficiente para terem autonomia e serem inseridas no mercado de trabalho, no esporte e nas artes (MARTINS, 2002 apud REIS; COSTA; CONCEIÇÃO, 2003).

Assim, algumas atividades e propostas pedagógicas podem ser selecionadas e direcionadas como ferramentas para o desenvolvimento de habilidades nas quais as pessoas com SD sentem mais dificuldade. “A música parece provocar mudanças na conduta de crianças com necessidades especiais fazendo com que adaptem melhor à vida escolar, contribuindo para sua interação social e melhor rendimento nas atividades de aprendizagem”(JOLY, 2003, p. 82).

Vários autores relataram que a prática da Educação Musical se mostrou positiva na superação destas dificuldades especificamente (REIS; COSTA; CONCEIÇÃO, 2003; GUZMÁN, 2010; COELHO; PIRES, 2014; CAMELO, 2018; RAVAGNANI, 2009; SOUZA, 2018; PIRES; COELHO; CASTRO, 2015; HEDLER; SCHAMBECK, 2016; CANDEMIL, 2016; GARCIA, 2002); ROCHA; PAULO; RIBEIRO, 2018).

Observa-se que com frequência os resultados alcançados na prática da Educação Musical são relacionados ao desenvolvimento global da pessoa com SD, colocando-os deslocados do desenvolvimento musical e direcionando para estigmas ou dificuldades originadas pela deficiência. O desafio é encontrar os desenvolvimentos e retirar os estigmas influenciando a pessoa para que supere desvios que a prática musical apresenta a qualquer pessoa que a ela se debruce.

O desenvolvimento das questões motoras, como o tônus muscular, foi relatado por Lefèvre (1981), no contexto do ensino de flauta doce: “a articulação da língua é fator importante para o desenvolvimento da fala, assim como a respiração, que pode também ser exercitada no sopro e jogos respiratórios” (LEFÈVRE, 1981, p. 125 apud HEDLER, SCHAMBECK, 2016).

Noronha e colaboradores trabalharam o contexto de Canto Coral com crianças, e relatam;

As crianças com síndrome de Down apresentam algumas limitações, entre estas, redução dos órgãos envolvidos com a fala. Sendo assim, uma das atividades realizadas

pelo professor é a prática do canto coral, durante a qual podem ser trabalhadas as articulações na hora do canto, o que ajuda no desenvolvimento da fala (NORONHA et al, 2019).

São duas demonstrações de atividades distintas, comumente presentes na Educação Musical que dão a oportunidade de um desenvolvimento global à pessoa, mas que também podem ser estimuladas para o desenvolvimento musical sem ênfase exclusiva nas questões limitadoras. A relação que cada pessoa estabelece com a música é individual, independe da deficiência, a experiência será sempre única, com desafios e facilidades distintas. O professor de Educação Musical deve estar atento para acompanhar seu aluno nessa diversidade.

² Diversidade funcional é uma nomenclatura recente e é relacionada às pessoas com deficiência.

³ Baião de 2 – Esta banda foi objeto de pesquisa da primeira dissertação de mestrado em Educação Musical Inclusiva do Departamento de Música da UnB (GAIO, 2020).

4 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO SOBRE MÚSICA E SÍNDROME DE DOWN

Este capítulo apresenta um levantamento bibliográfico referente as utilizações da música com pessoas com Síndrome de Down (Trissomia 21), visando dimensionar o atual estado do conhecimento sobre a articulação dessas duas áreas de interesse, destacando e aprofundando os avanços relacionados especificamente a Educação Musical e a Formação Continuada de seus Professores.

Inicia-se a partir das três publicações dos últimos 5 anos, respectivamente Gemma, Pablo, Cabedo-Mas (2020); Coutinho, Farias, Damasceno (2019) e Fantini, Joly, Rose (2016), apontadas no capítulo da Introdução deste trabalho e que compõem a justificativa da presente pesquisa. Todas apresentam levantamentos bibliográficos relacionados às publicações que abordam a Música e a Educação Musical com pessoas Síndrome de Down (SD) e outras deficiências, em diferentes perspectivas e contextos.

A pesquisa de Fantini, Joly, Rose (2016) traz um levantamento geral das publicações referentes a deficiências diversas e onde as autoras destacam a necessidade de estudos com aprofundamento específico em cada deficiência, como no caso da SD, que estava representada por apenas dois trabalhos.

Os trabalhos Gemma, Pablo, Cabedo-Mas (2020) e Coutinho, Farias, Damasceno (2019) representam levantamentos bibliográficos de pesquisas relacionadas à Educação Musical especificamente com pessoas com SD. A primeira, enfatiza aspectos relacionados à formação inicial e instrumentalização dos professores para o trabalho com crianças com SD, direcionados, entretanto, às questões terapêuticas proporcionadas pela prática da Educação Musical e não exatamente para a pedagógica; e a segunda pesquisa faz um recorte histórico dos principais temas abordados em uma revista específica de Educação Musical no período de 2008 a 2018.

Como apontado em capítulos anteriores é possível considerar que o debruçar acadêmico e social sobre a compilação e o levantamento bibliográfico na área específica da Educação Musical de pessoas com SD se mostra bastante atual.

Devem ser buscadas as fontes que permitam traçar um "estado da questão"(ou "*status quaestiomis* ", como diz Pozzebon, 2004a, p. 31), ou seja, que permitam situar como o seu tema e seu problema têm sido tratados na área, mostrando o estado atual das pesquisas a respeito (PENNA, 2020, pg. 74).

Para tanto segue-se o levantamento bibliográfico que visa contribuir para o atual *estado da arte* e conseqüentemente para posteriores pesquisas.

4.1 Metodologia do Levantamento Bibliográfico

O referido levantamento se deu utilizando exclusivamente material de livre acesso na *internet*, especificamente em dez repositórios de busca escolhidos como representantes do recorte bibliográfico proposto na presente pesquisa, sendo dois de Associações, dois de Simpósios, dois de Congressos e dois de referência na ampla divulgação científica.

Fazer a revisão da literatura em torno de uma questão é, para o pesquisador, revisar todos os trabalhos disponíveis, objetivando selecionar tudo o que pode servir em sua pesquisa. Nela tenta encontrar essencialmente os saberes as pesquisas relacionadas com sua questão; deles se serve para alimentar seus conhecimentos, afinar suas perspectivas teóricas, precisar e objetivar seu aparelho conceitual. Aproveita para tornar ainda mais conscientes e articuladas suas intenções e, desse modo, vendo como outros procederam em suas pesquisas, vislumbrar sua própria maneira de fazê-lo (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 112).

Os dados foram coletados no período de novembro de 2020 a maio de 2021. De todosos dez *repositórios de busca on-line* escolhidos, oito são páginas de publicações com relevância nas áreas de publicações em Música e/ou Educação Musical, Educação de forma mais ampla e especificamente da Educação Inclusiva e dois *repositórios de busca on-line* são de referência na ampla divulgação científica.

Os *repositórios* da ABEM⁴, ANPPOM⁵, SIMCAM⁶ e SIMPOM⁷ representam, para esta pesquisa, os locais de relevância nas buscas das publicações referentes as áreas de Música e/ou Educação Musical. Estes repositórios on-line possuem periódicos próprios que vão além dos registros dos eventos acadêmicos, publicados em seus respectivos anais.

Os repositórios on-line do CINTEDI⁸ e CONEDU⁹ referem-se aos congressos que representam, para esta pesquisa, a Educação de forma mais ampla e especificamente Educação da Inclusiva. Nos repositórios on-line das revistas REE¹⁰ e Revista Educação, Artes e Inclusão¹¹ encontramos periódicos especializados

dedicados às áreas reconhecidas na presente pesquisa como pesquisa com temática especificamente da Educação Inclusiva sendo que a segunda revista define sua temática na interação com o campo das artes, aproximando-se ainda mais das intenções de busca desta pesquisa.

Os *repositórios on-line* da SCIELO¹² e da BDTD¹³ são fontes de pesquisa mais ampla, trazem resultados que extrapolam o universo da Educação e da Educação Musical, o segundo amplia as possibilidades de busca, incluindo teses e dissertações, enriquecendo assim as possibilidades de resultados relevantes a presente pesquisa.

Os resultados encontrados se dividem nas seguintes tipologias: artigos publicados em periódicos especializados, comunicações de pesquisa publicadas em anais de eventos acadêmicos e dissertações.

A presente pesquisa gerou resultados a partir de publicações referentes ao período histórico compreendido entre 2002 e 2020. O trabalho mais antigo encontrado é GARCIA (2002)¹⁴.

A presente pesquisa gerou resultados a partir de publicações referentes ao período histórico compreendido entre 2002 e 2020. O trabalho mais antigo encontrado é GARCIA (2002)¹⁴.

Os dois descritores utilizados como ferramenta de busca na presente pesquisa foram: “Síndrome de Down” e “Música”, pesquisados exclusivamente na língua portuguesa. Esta escolha se deu com o objetivo de conhecer os contextos que norteiam as pesquisas na área e dentro deles direcionar, primeiro para categorização daquelas voltadas à Educação Musical, em seguida fazer o recorte específico da presente pesquisa, que são os trabalhos de relevância dirigida especificamente para a Formação Continuada de seus Professores.

O levantamento bibliográfico geral, resultados de todos os trabalhos encontrados utilizando os descritores de busca definidos, evidenciou profícuas possibilidades de utilização da música com pessoas com SD, extrapolando o universo da Educação Musical e seus professores.

Os resultados foram analisados individualmente e categorizados com o objetivo principal de conhecer e oferecer subsídios para o avanço das futuras pesquisas focadas na utilização da Música com pessoa SD, superando assim a contribuição da presente pesquisa, que como foi anteriormente delimitada, terá como foco a Educação Musical específica de pessoas com SD e a Formação Continuada de seus professores. De acordo com Penna (2020, p. 71), “cada pesquisa desenvolvida com rigor traz, em

sua especificidade, uma contribuição acadêmica, pois, em qualquer área do conhecimento, a ciência avança pelo entrecruzamento de inúmeras pesquisas e iniciativas individuais”.

Assim, todos os trabalhos encontrados emanaram das fontes e os com direcionamento exclusivo para a Educação Musical com pessoas com SD foram divididos em 4 categorias, a partir de critérios onde as duas primeiras categorias fazem referência direta a Educação Musical e as duas últimas ampliam a atuação da música para além da Educação Musical propriamente dita.

As categorias de organização são as seguintes:

- a) Apresentam a Educação Musical de pessoas com SD como temática exclusiva;
- b) Abordam a Educação Musical com pessoas com distintas deficiências, incluindo a SD;
- c) Apresentam a Educação Musical aliada a outras práticas pedagógicas com pessoas com SD ou distintas deficiências incluindo a SD;
- d) Utilizam a música com pessoas com SD fora do contexto da Educação Musical.

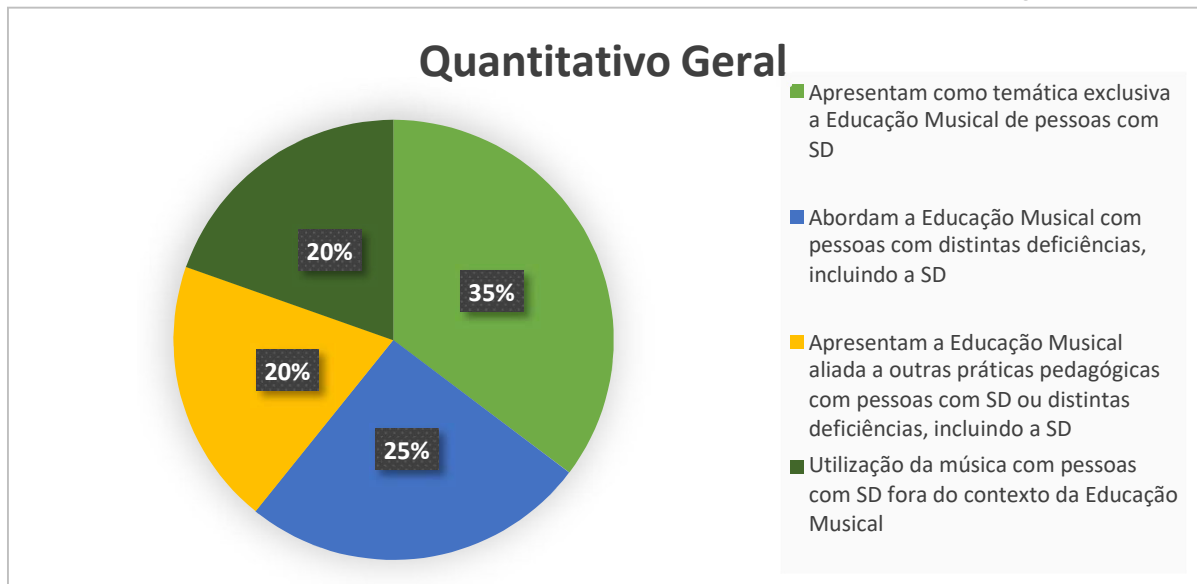
4.2 Apresentação dos Resultados

A pesquisa totalizou 44 (quarenta e quatro) resultados com os critérios de busca explicitados acima, sendo dezoito para os trabalhos que abordam a temática principal ou exclusiva da Educação Musical com pessoas com SD, treze para os que abordam a Educação Musical com pessoas com diferentes deficiências, incluindo-se a SD, dez para os que apresentam a Educação Música aliada a outras práticas pedagógicas com pessoas com SD ou distintas deficiências, incluindo-se a SD e dez para os que utilizam a música com pessoas com SD fora do contexto da Educação Musical.

Importante observar que dois trabalhos, um da ABEM (BORNE, 2010) e um da ANPPOM (BORNE, 2012), ambos do mesmo autor, se enquadram em mais de uma categoria especificada anteriormente. Foram assim graficamente representados e contabilizados dentro de ambas as categorias, esse fato explica o porquê da soma das quantidades de cada categoria não corresponde ao total de publicações.

O gráfico abaixo apresenta a divisão dos trabalhos levantados quantitativamente dentro das categorias anteriormente apresentadas.

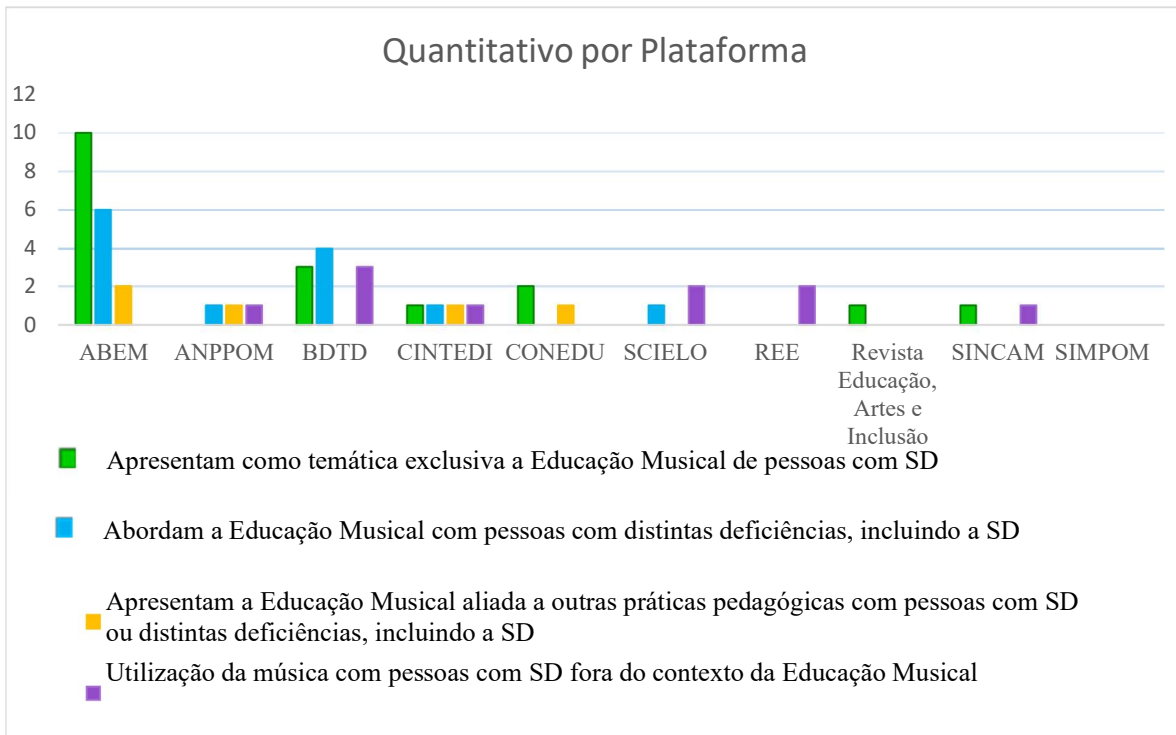
Gráfico 1 – Levantamento quantitativo dos trabalhos dentro das categorias



Fonte: A autora, 2021

É possível observar que o quantitativo de trabalhos da categoria “a” (cor verde) é menor que a metade do total de trabalhos encontrados, assim mesmo representa a categoria com maior número de trabalhos, demonstrando a relevância da Educação Musical dentro da produção de material de pesquisa relacionada à música com pessoas com SD.

O próximo gráfico avança para outro nível de detalhamento, nele os resultados encontrados em cada *site* pesquisado são apresentados a partir das categorias estipuladas anteriormente. Observa-se que o maior número de resultados, principalmente de pesquisas direcionadas exclusivamente à Educação Musical com pessoas com SD são oriundas de publicações da ABEM. Ressalte-se que estes resultados estão diretamente vinculados aos anais dos Encontros Regionais e Congressos Nacionais da referida associação, ao passo que nenhum artigo com resultados pertinentes aos descritores desta pesquisa foi encontrado nas duas revistas especializadas a cargo desta instituição.

Gráfico 2 – Quantitativo por Plataforma

Fonte: A autora, 2021.

Os anais do CINTEDI se destacam por apresentar o número mais equilibrado e diversificado nos resultados. Apesar do número total dos trabalhos encontrados ser muito menor do que os encontrados nos anais publicados pela ABEM, a diversidade do conteúdo contempla as quatro principais categorias desta pesquisa. Das dez plataformas de busca, apenas seis apresentaram resultados para trabalhos com foco exclusivo em Educação Musical com pessoas com SD.

No próximo gráfico está detalhada a distribuição dos resultados no decorrer do período cronológico onde a pesquisa se delimitou. Observe-se que no período de dezoito anos, compreendido entre 2002 e 2020, pode-se perceber um hiato de publicações dedicadas ao tema entre os anos de 2003 e 2008. Nos anos subsequentes é possível encontrar resultados em, pelo menos, uma das categorias estipuladas nesta pesquisa e o maior intervalo entre publicações referentes ao tema principal – Educação Musical com pessoas com SD – foi entre os anos de 2010 e 2014.

Gráfico 3 – Período das Publicações

Fonte: A autora, 2021.

O próximo quadro apresenta o detalhamento dos resultados organizados por plataformas digitais de pesquisa. As cores ilustram as quatro categorias definidas na pesquisa e representadas nos gráficos anteriores. Os dois trabalhos que aparecem com cores distintas entre o autor/ano e o título são os anteriormente mencionados Borne (2010 e 2012), pertencentes a duas categorias concomitantemente.

Quadro 2 – Trabalhos Encontrados na Busca

TRABALHOS ENCONTRADOS NA BUSCA			
	AUTOR	TÍTULO	ANO
	CONGRESSO NACIONAL		
	FERREIRA; SILVA	Algumas reflexões sobre habitus conservatorial e as adaptações para o ensino de instrumento musical para a pessoa com deficiência	2017
	NASCIMENTO	Parâmetros do som: aprendendo com inclusão na escola aplicação da UFPA	2017
	ENCONTRO NACIONAL		
	REIS; COSTA; CONCEIÇÃO	“Quem canta um canto avança um ponto”: o ensino da música como mediador do desenvolvimento e aprendizagem de crianças com Síndrome de Down	2003

	SANTOS	A Educação Musical e a Síndrome de Down	2008
	GOMES et al.	Síndrome de Down e Música: estudo preliminar sobre as escolas privadas de Natal/RN	2008
ABEM	GUZMÁN	Síndrome de Down: desenvolvimento das habilidades musicais, motoras e de linguagem	2010
	COELHO	Relato de experiência de estágio supervisionado em música na educação infantil com duas turmas da Pré-escola II	2010
	AMARAL; DEMARCHI	Praticando o baião na educação especial	2010
	BORNE	Noites Culturais: Relato de Experiência	2010
	SANTOS	Essa música é especial: relato de uma experiência com a educação musical de crianças deficientes mentais na Fundação Dom Bosco, em Belo Horizonte	2010
	SILVA; LUDERS	A Capoeira como manifestação da cultura popular brasileira: ferramenta de inclusão no processo de aprendizagem do aluno com deficiência intelectual	2010
	COUTINHO; FARIAS; DAMASCENO	Música e Síndrome de Down: análise das publicações dos Congressos da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM) de 2008-2018	2019
	NORONHA et al.	A Aplicação da Educação Musical para Pessoas Com Síndrome de Down em Escola de Ensino Regular	2019
ENCONTROS REGIONAL			
REGIÃO SUL			
HEDLER; SCHAMBECK	Cenas inclusivas relato das práticas musicais com um aluno com Síndrome de Down		2016
CANDEMIL	A aplicação do método TUBS para alunos com deficiência intelectual e síndrome de Down um relato de experiência		2016
REGIÃO SUDESTE			
COELHO; PIRES	Musicalização através do violão a potencialidade da criança com síndrome de Down no processo de		2014

		ensino e aprendizagem musical	
	REGIÃO NORDESTE		
	GARCIA	Representações musicais de estudantes com Síndrome de Down: um estudo preliminar	2002
ANPPOM	PEREIRA; MENDES	Mães que cantam: a canção na relação de ajuda paramães de bebês com Síndrome de Down – transdisciplinaridade entre musicoterapia e psicologia	2011
	BORNE	Música, educação inclusiva e musicoterapia: a busca de interfaces a partir de um caso	2012
	CAMELO	A construção da aculturação musical de crianças com Síndrome de Down no contexto da musicalização inclusiva na PMDF	2018
	RAVAGNANI	A educação musical de crianças com Síndrome de Down em um contexto de interação social	2009
	SOUZA	Estratégias Pedagógicas em uma Turma de Musicalização Infantil Inclusiva. Belo Horizonte	2018
	SOUZA	Música e deficiência: processos de ensino e aprendizagem em um espaço não formal de Educação Musical	2017
BDTD	PAIVA	Educação musical no Programa Cordas da Amazônia: descrição analítica dos procedimentos metodológicos das turmas de violoncelo	2013
	FERREIRA	Ensino de instrumento musical para pessoas com deficiência: um estudo na Escola Especial de Música Juarez Johnson	2019
	ALBUQUERQUE	Educação musical e inclusão: a experiência do Programa Cordas da Amazônia	2013
	BELOTTI	Coro terapêutico: uma ação do musicoterapeuta visando ao desenvolvimento da criança com Síndrome de Down	2014

	MAIA	Diferença e identidade: análise discursiva crítica e semiótica social da campanha <i>Ser Diferente é Normal</i> e da série <i>Qual é a Diferença?</i> Sobre Síndrome de Down	2018
	TRESOLDI	Agora, sim, o sol é para todos: a inclusão e a música no município de Cachoeirinha (RS)	2008
CINTEDI	MELO et al.	Música como Constructo na Aprendizagem de Jovens com Síndrome de Down	2014
	ARAUJO	A capoeira como Alavanca para o desenvolvimento afetivo, cognitivo e motor em pessoas que possuem síndrome de Down	2016
	BAGOLAN et al.	Música e inclusão: Estratégias Pedagógicas na Educação Infantil	2018
	BEZERRA	A Educação Inclusiva sob a ótica dos Congressos de Educação musical: uma exploração nos Anais da ANPPOM	2018
CONEDU	GÓES; FAGUNDES; GÓES	Música e movimento na educação infantil na perspectiva da inclusão da criança com Síndrome de Down	2016
	FERREIRA; SÁ	A educação musical no contexto escolar: um olhar para a inclusão de crianças com síndrome de Downs	2020
	RIBEIRO	A arte como forma de inclusão de alunos com síndrome de Downs na E.M.E.F. Professor Raimundo da Costa Caldas na vila de Areião	2019
REE	AZEVEDO et al.	Uso da audiodescrição no brincar de uma criança com síndrome de Down na educação infantil	2019
	DELGADO et al.	Estratégias de letramento voltadas à intervenção fonoaudiológica em pessoas com Síndrome de Down	2019

Revista Educação, Artes e Inclusão. (REAI)	ROCHA; PAULO & RIBEIRO	O ensino da música e uma jovem com Síndrome de Down: resultados de um projeto de investigação-ação	2018
	PELOSI; FERREIRA; NASCIMENTO	Atividades terapêuticas ocupacionais desenvolvidas com crianças e pré-adolescentes com síndrome de Down	2020
	ARGUEDAS- QUESADA	Educación musical, desarrollo infantil y enfoque de derechos humanos: una reseña bibliográfica	2015
SCIELO	SCARPETTA et al.	Musicoterapia no controle da ansiedade dentária em crianças com Síndrome de Down	2012
SIMCAM	RAVAGNANI	Desenvolvimento musical e musicoterapia em crianças Down: Um estudo preliminar	2008
	PIRES; COELHO & CASTRO	O Ensino de Música e o desenvolvimento psicomotor: considerando aspectos importantes para a criança com Síndrome de Down	2015
SIMPOM	-----	-----	-----

Fonte: A autora, 2021.

No quadro acima, quatro autores se destacaram, Ravagnani (2008 e 2009), Borne (2010 e 2012) Coelho & Pires (2014 e 2015) por apresentarem mais de um trabalho publicados e disponibilizados na presente pesquisa. Ravagnani tem o primeiro publicado nos anais do SIMCAM, Ravagnani (2008), em que aborda a utilização da música com pessoas com SD fora do contexto da Educação Musical, e o segundo Ravagnani, (2009), trata-se de sua dissertação de mestrado, que é totalmente voltada à Educação Musical com crianças com SD. Os dois trabalhos de Borne, os quais são dedicados à Educação Musical vinculada a outras práticas pedagógicas ou terapêuticas em trabalho com alunos da EJA (Educação de Jovens e Adultos) com múltiplas deficiências foram publicados, respectivamente, pela ABEM, o primeiro Borne (2010), e pela ANPPOM, o segundo Borne (2012). Ainda entre os autores que

se destacam com mais de um trabalho publicado temos Coelho & Pires (2014) que apresenta uma pesquisa em andamento a época, publicada nos anais do Encontro Regional Sudeste da ABEM, com uma proposta de estudo de caso exploratório, abordagem qualitativa com duas crianças com SD acrescido de levantamento bibliográfico e Pires & Coelho & Castro (2015) publicado no SIMCAM trata da contribuição que a Educação Musical representa no desenvolvimento psicomotor das crianças com SD. Ambos os trabalhos são pertinentes para a presente pesquisa, pois abordam especificamente a Educação Musical com pessoas com SD, somando-se aos selecionados na categoria de relevância para esta pesquisa.

4.3 Resultados dos Trabalhos com Temática Exclusiva de Educação Musical de Pessoas com Síndrome de Down

Os dezoito trabalhos que entraram na categoria de relevância para esta pesquisa, catalogados na cor verde, foram encontrados na ABEM, CINTED, CONEDU, *Revista Educação, Artes e Inclusão* e SIMCAM. Destes trabalhos sete abordam a temática da Educação Musical com crianças, quatro com adolescentes e/ou jovens com SD e seis abordam a temática direcionada à atuação ou formação dos professores. O trabalho *Síndrome de Down e Música: estudo preliminar sobre as escolas privadas de Natal/RN*. (GOMES, 2008) é o único dos catalogados cujo o conteúdo da pesquisa não foi possível acessar, não está disponível na internet, consta como Comunicação do XVII Congresso nacional da ABEM e nas referências bibliográficas de alguns trabalhos da área. Por este motivo o total do quadro abaixo é de dezessete trabalhos.

Quadro 3 – Publicações de Educação Musical de pessoas com Síndrome de Down

PUBLICAÇÕES DE EDUCAÇÃO MUSICAL DE PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN		
Categorias	Nº de trabalhos	Autores
Educação Musical com crianças com SD	7 (sete)	REIS, COSTA, CONCEIÇÃO (2003); GUZMÁN (2010); COELHO, PIRES (2014); CAMELO (2018); RAVAGNANI (2009);

		SOUZA (2018); PIRES, COELHO, CASTRO (2015)
Educação Musical com adolescentes e/ou jovens com SD	4 (quatro)	HEDLER, SCHAMBECK (2016); CANDEMIL (2016); GARCIA (2002); ROCHA, PAULO, RIBEIRO (2018)
Formação do professor de crianças e/ou jovens com SD.	6(seis)	SANTOS (2008); COUTINHO, FARIAS, DAMASCENO (2019) NORONHA et al (2019); BAGOLAN et al (2018); GÓES, FAGUNDES, GÓES (2016); FERREIRA, SÁ (2020)

Fonte: A autora, 2021.

4.3.1 Educação Musical com crianças com SD

O maior número de trabalhos encontrados com temática exclusiva para a Educação Musical com pessoas com SD é direcionado às pesquisas com alunos crianças, dentro desta perspectiva, Reis; Costa; Conceição (2003) abordam um relato de experiência em Educação Musical com crianças com SD na faixa etária de 7 a 11 anos em uma unidade da APAE de Belém do Pará. Guzmán (2010) desenvolveu uma pesquisa de campo com foco nos desenvolvimentos musicais, motores e de linguagem com alunos SD de idade entre 6 e 8 anos. Coelho, Pires (2014) relata a proposta de estudo de caso exploratório com abordagem qualitativa e levantamento bibliográfico com duas crianças com SD. Para avaliação do processo cognitivo propõe utilizar a avaliação interativa desenvolvida por Haywood e Tzurriel. Este trabalho, estudo preliminar que posteriormente se consolidou como dissertação, adota a premissa, de que todo ser humano é capaz de elevar seu potencial de inteligência. Camelo (2018), dissertação de mestrado que apresenta pesquisa participante sobre inclusão de crianças com SD na faixa etária de 6 meses a 5 anos em um projeto social na Academia de Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e a construção da aculturação musical. Ravagnani (2009), desenvolveu seu estudo de caso com crianças com SD e faixa etária de seis e sete anos em uma escola de ensino especial

para observação da aprendizagem das mesmas em contexto de interação social. Souza (2018) aborda um relato de experiência em Educação Musical Inclusiva, com uma turma de crianças com idades entre 1 ano e 6 meses a 3 anos acompanhadas dos pais. Turma dividida entre 3 crianças típicas e 3 com SD. Pires, Coelho, Castro (2015) trata da contribuição que a educação musical representa no desenvolvimento psicomotor das crianças com SD, com levantamento bibliográfico dos últimos dez anos.

4.3.2 Educação Musical com adolescentes e/ou jovens com SD

Os quatro trabalhos direcionados a adolescentes e jovens com SD ainda representam o público alvo com menor número de Hedler, Schambeck (2016) apresenta um relato de experiência onde foi utilizado o ritmo de marcha do *Catopê* (congado mineiro) para ensinar células rítmicas de percussão a um aluno de 14 anos com SD a partir de partituras alternativas aplicando o método TUBS. Candemil (2016), também com um relato de experiência, aborda a prática musical inclusiva de um aluno com SD em projeto extracurricular de uma escola de Ensino Fundamental. Através dos relatos foi feita uma transcrição das dificuldades para promover a inclusão e evidenciar a importância da aula de música para o desenvolvimento cognitivo. Garcia (2002)¹⁵ busca compreender a forma como o estudante com SD constrói a representação do discurso musical, os objetos de estudos, representações de conceitos, elementos e parâmetros sonoros. Rocha, Paulo, Ribeiro (2018) faz uma investigação-ação “para *Estudo de Caso* hipotético-dedutivo, com objetivo exploratório, de natureza Qualitativa” com uma aluna com SD para investigar a eficácia da estratégia de imitação no ensino de música.

4.3.3 Formação do professor de crianças e/ou jovens com SD

Destacaram-se seis trabalhos com temáticas voltadas à formação do professor de crianças e/ou jovens com SD.

Destes, quatro são pesquisas bibliográficas, como é o caso de Santos (2008), que utiliza esta metodologia para discorrer sobre os processos de formação de professores de educação musical inclusiva e implicações relacionadas ao ensino-aprendizagem de pessoas com SD. Ferreira, Sá (2020) busca compreender, por meio da literatura, a existência de estudos apontando as possibilidades de inclusão de

crianças com SD nas classes regulares e as necessidades educacionais especiais neste contexto. O estudo não é conclusivo, mas trata-se do resumo de uma dissertação em andamento. Noronha et al (2019) utiliza pesquisa bibliográfica em paralelo à entrevista realizada com um professor que trabalha canto coral na Educação Musical Inclusiva de crianças com SD, metodologia que se mostrou muito eficaz para o desenvolvimento e estímulo das habilidades dos processos de aprendizagem, socialização e fala das mesmas. O quarto trabalho destacado Coutinho, Farias, Damasceno (2019) foi descrito no início do capítulo, trata-se de um dos levantamentos bibliográficos recentes sobre a Educação Musical para pessoas com SD nos anais da ABEM no período de 2008 a 2018.

Dois trabalhos fugiram ao caráter bibliográfico de contribuição nesta área. Bagolan et al (2018) apresentou um estudo de caso para socializar as estratégias pedagógicas utilizadas e seus resultados qualitativos com uma criança com SD em roda de musicalização. Góes, Fagundes, Góes (2016) apresenta um relato de experiência qualitativa e a contribuição da psicomotricidade para o desenvolvimento estratégico pedagógico na formação do professor de Educação Musical Inclusiva com alunos com SD.

Notas de Rodapé do Capítulo 4

⁴ **Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM)** - fundada em 1991, desde então realiza encontros anuais nacionais e regionais com o principal objetivo de trocar experiências e conhecimentos na área de Educação Musical. Contribui para a produção de literatura especializada na área, com as publicações regulares da *Revista da ABEM*, da revista *Música na Educação Básica* e as publicações de anais dos atualmente denominados Congressos Nacionais e dos tradicionais Encontros Regionais com periodicidades semestral.

⁵ **Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM)** - fundada em 1988 com propósito de ser um estímulo e apoio à pesquisa e ao ensino de Música. Destaca-se pelo pioneirismo dos eventos brasileiros científicos na área de música e contribui significativamente no desenvolvimento e expansão da pesquisa em música no Brasil, além de representar um espaço de divulgação e discussão do conhecimento na área, promovendo, inclusive, a integração entre os programas de pós-graduação em nível nacional no Brasil.

⁶ **Simpósio Internacional de Cognição e Artes Musicais (SIMCAM)** – teve sua primeira edição em 2005, surgiu com a intenção de ampliar o espaço de pesquisas, trocas e debates relacionadas com a música, acolhendo trabalhos com abordagens que eram, com frequência, recusados nos eventos tradicionais devido ao caráter interdisciplinar de seus conteúdos. Até 2017 o evento acontecia anualmente, desde esta data passou a ser bianual, O evento gerou a Associação Brasileira de

Cognição e Artes Musicais (ABCM) que além do SIMCAM promove também o Encontro de Cognição e Arte Musical (ENACM) geralmente com palestrantes nacionais e internacionais e de mesas redondas.

⁷ **Simpósio Brasileiro de Pós-Graduação em Música (SIMPOM)** – iniciou as atividades 2010 pelo programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, PPGM- UNIRIO. Destina-se a troca de saberes entre os mestrandos e doutorandos em música ou de outras áreas com pesquisas em música.

⁸ **Congresso Internacional de Educação Inclusiva (CINTEDI)** - teve a primeira edição em 2014 e desde então acontece a cada dois anos e visa oferecer um espaço para discussão de aspectos e possibilidades de transformação da escola regular em um ambiente propício para e aberto a educação inclusiva em toda sua diversidade.

⁹ **Congresso Nacional de Educação (CONEDU)** - iniciou em 2014. Desde então, acontece anualmente em diferentes cidades do Brasil. Trata-se de uma empresa de consultoria e serviços para o desenvolvimento de treinamento e educação continuada e uma associação para pesquisa educacional e mídia.

¹⁰ **Revista de Educação Especial (REE)** - foi criada em 1987 com o título *Cadernos da Educação Especial* foi uma das primeiras dedicadas ao trabalho de elaboração de material para formação de recursos humanos para as pessoas com deficiência.

¹¹ **Revista Educação, Artes e Inclusão** – registra a primeira edição em 2008 e desde 2012 tem publicação semestral, com algumas edições trimestrais e quadrimestrais. A revista publica artigos brasileiros e estrangeiros com temáticas referentes preferencialmente da Artes e da Educação. É uma revista com política de acesso livre, editada por recursos da Universidade do Estado de Santa Catarina.

¹² **Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO)** - trata-se de uma biblioteca cooperativa que disponibiliza periódicos científicos de diversos países com edições em inglês, espanhol e português. A sigla teve origem no título em inglês *Scientific Electronic Library Online*.

¹³ **Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)** - portal de busca que contribui para o aumento e a disponibilização livre e gratuita de teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa. Dando, assim, mais visibilidade aos trabalhos que são realizados e às produções resultantes de recursos e investimentos governamentais. Foi lançada no final do ano de 2002 como Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e, atualmente, atende pela denominação de Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Passou por seis atualizações desde o início de sua existência.

¹⁴ **GARCIA (2002)** - é o único que não está disponível diretamente no site da ABEM, pois neste só é possível acessar conteúdo a partir do ano 2003, todavia o mesmo foi adicionado a pesquisa por representar conteúdo de total relevância e pertinência

¹⁵ A pesquisa Garcia (2002) foi baseada em sua dissertação de mestrado escrita em 1998, intitulada; “*Proposta para uma vivência musical: um estudo de caso em educação musical com portadores da Síndrome de Down*”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As separações em categorias não excluem expressivamente o fato de que todo trabalho na combinação das áreas Música e Síndrome de Down é relevante na formação inicial ou continuada dos professores de Educação Musical Especial ou Inclusiva. Exemplos disso são os relatos de experiências com crianças de Reis; Costa; Conceição (2003) e os de Souza (2018), assim como os com adolescentes de Hedler, Schambeck (2016) e de Candemil (2016). A pesquisa participante com crianças de Camelo (2018), os estudos de casos com crianças de Ravagnani (2009) e com adolescentes de Rocha, Paulo, Ribeiro (2018) se somam à afirmação.

Esta realidade não exclui o fato de que pesquisas direcionadas à formação dos professores não sejam relevantes. Ao contrário, observa-se que o número de trabalhos estruturados especificamente para este público vem aumentando; um olhar atento, como já foi mencionado, pode constatar que estas publicações representam as mais recentes dentre as pesquisadas. Isto demonstra a mobilização atual dos profissionais para suprir esta necessidade que, como veremos no transcurso do presente trabalho, se deve também a recentes demandas de reparação histórica e inclusão social conquistadas pelas pessoas com deficiência.

Sendo assim, é de fundamental relevância apoiar o entendimento e aperfeiçoamento dos profissionais que atuam diretamente na construção e viabilidade da Educação Musical do país. Estes contribuem diretamente para ampliação e garantia da educação de qualidade, não só aos estudantes típicos, como para todas as pessoas portadoras de alguma deficiência. A formação continuada é uma das ferramentas para a instrumentalização deste apoio.

Dos trabalhos levantados na presente pesquisa, a parcela dedicada exclusivamente à Educação Musical revela a riqueza de possibilidade que a utilização da música com pessoas com Síndrome de Down pode gerar. A diversidade de trabalhos encontrados no levantamento bibliográfico inicial engloba desde abordagens terapêuticas até produções artísticas em programas de televisão, e, dentro da Educação Musical, pesquisas com diferentes faixas etárias (crianças e jovens), além das direcionadas aos profissionais da educação. Estas últimas se apresentaram em sua maioria como as pesquisas mais recentes, apontando para uma possível demanda atual na área.

A Educação Musical e a Educação Inclusiva estão passando por um momento

histórico parecido, pois ambas estão tentando encontrar espaço no ambiente educacional mais amplo. O recente *Paradigma de Suporte*, que preconiza as adaptações pelas quais a sociedade deve passar para dar suporte às pessoas com deficiência, aponta para a realidade cada vez mais crescente da inclusão dessas pessoas no ambiente escolar e para a necessidade do professor se instrumentalizar para abraçar esta demanda. Esta instrumentalização acontece, na maioria dos casos, através da formação continuada, que na Educação Especial, se dá em áreas específicas, a exemplo deste trabalho, que foca especificamente no conhecimento sobre a Síndrome de Down.

Por outro lado, a Educação Musical deve encontrar espaço dentro do contexto educacional nacional, dividindo a área de conhecimento com mais três linguagens – a dança, o teatro e as artes visuais. Isto acontece porque, dentro dos documentos norteadores legislativos brasileiros, está preconizado o ensino polivalente destes conhecimentos, mas a formação acadêmica acontece de forma particularizada, o que acaba gerando incongruências que afetam o acesso do aluno ou do cidadão brasileiro ao conhecimento amplo de todas as linguagens previstas na disciplina escolar conhecida contemporaneamente como *Artes*.

A lacuna histórica vivenciada no processo de educação musical durou tanto tempo que deixou o país em uma profunda carência de professores com formação específica na área de música, a ponto de existirem professores generalistas da Educação Básica que nunca tiveram aula de música em nenhum momento de suas vidas. Este contexto reforça a necessidade da procura por formação continuada.

Como demonstra o crescente número de pesquisas, a articulação dessas duas áreas de conhecimento, a Educação Musical e a Educação Especial, é um território bastante frutífero, apesar da dificuldade que os profissionais encontram para se instrumentalizarem e colocarem em ação todo este potencial.

Os trabalhos publicados na área específica da Educação Musical com pessoas com Síndrome de Down apontam para diálogos que reforçam a existência da importância em conhecer todo o diagnóstico e o prognóstico que a Síndrome ou qualquer outra deficiência aponta, porém jamais é possível rotular ou subestimar qualquer pessoa. Por mais que a prática da Educação Musical traga resultados globais de desenvolvimento cognitivo, social, psicomotor dentre outros, e que ela possa ser direcionada para um desenvolvimento amplo do ser humano, o conhecimento pedagógico da música pode e deve ser estimulado e a relação que cada um fará com

este conhecimento será pessoal, como é para qualquer outra pessoa sem deficiência que venha a estudar música em algum momento da vida.

6 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Tássila Crystiane Freitas. **Educação. Educação musical e inclusão: a experiência do Programa Cordas da Amazônia.** 2013. 104 f. Dissertação (Mestrado em Artes) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

ALMEIDA, Patricia. **Síndrome de Down na História.** 2021. Site Movimento Down. Disponível em: <http://www.movimentodown.org.br/sindrome-de-down-na-historia-parte-01/>. Acesso em: 27 jul. 2021.

AMARAL, Maria Luiza Feres. DEMARCHI, Ericson Francisco de Jesus. TRUPPEL, André Envino. Praticando o baião na educação especial. **XIX Congresso nacional da Associação Brasileira de Educação Musical.** Goiânia - GO, 2010.

ARAÚJO, Ana Claudia Vasconcelos. A capoeira como alavanca para o desenvolvimento afetivo, cognitivo e motor em pessoas que possuem Síndrome de Down. **Anais II CINTEDI.** Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/22488>. Acesso em: 15/06/2021 21:50

ARGUEDAS-QUESADA, Consuelo. Educación musical, desarrollo infantil y adolescente y enfoque de derechos humanos: una reseña bibliográfica. **Revista Educación,** Universidad de Costa Rica, v. 39, n. 2, p. 79, 28 jun. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15517/revedu.v39i2.19899>. Acesso em: 08 jun. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, **ABEM:** Disponível em: <http://abemeduacaomusical.com.br/abem.asp>. Acesso em: 20 de maio. 2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA, **ANPPOM:** Disponível em: <https://anppom.org.br/sobre/>. Acesso em: 20 de maio. 2021.

AZEVEDO, Tássia Lopes de et al. Uso da audiodescrição no brincar de uma criança com Síndrome de Down na educação infantil. **Revista Educação Especial,** [S.L.], v. 32, p. 3, 1 jan. 2019. Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/1984686x23667>. Acesso em: 20 de maio. 2021.

BAGOLAN, Ana Catharina Urbano Martins de Sousa; et al. Música e inclusão: estratégias pedagógicas na educação infantil. **Anais III CINTEDI.** Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/44798>. Acesso em: 15/06/2021 21:35.

BELOTTI, Tânia Gonzaga. **Coro terapêutico: uma ação do musicoterapeuta visando ao desenvolvimento da criança com Síndrome de Down.** 2014. 174 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal de Goiás, 2014.

BEZERRA, Wesley Simão. A educação inclusiva sob a ótica dos congressos de educação musical: uma exploração nos anais da ANPPOM. **Anais III CINTEDI**. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/44219>. Acesso em: 15/06/2021 21:35.

BIBLIOTECA ELETRÔNICA CIENTÍFICA ONLINE, **SciELO**: Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2013/10/21/evolucao-do-acesso-aberto-breve-historico/#.ypw6eohkjiu>. Acesso em: 20 de maio. 2021.

BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES, **BDTD**: Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 20 de maio. 2021.

BISSOTO, Maria Luísa. Desenvolvimento Cognitivo e Processo de Aprendizagem do Portador de Síndrome de Down: revendo concepções e perspectivas educacionais. **Ciências & Cognição**, São Paulo, v. 4, p. 80-88, 31 mar. 2005.

BUCKLEY, S.J.; BIRD, G. **Meeting the educational needs of children with Down syndrome**. Portsmouth: Sarah Duffen Centre/University of Portsmouth, 1994.

BORNE, Leonardo da Silveira. Noites Culturais: relato de experiência. **XIX Congresso nacional da Associação Brasileira de Educação Musical**. Goiânia - GO, 2010.

BORNE, Leonardo da Silveira. Música, educação inclusiva e musicoterapia: a busca de interfaces a partir de um caso. **XXII Congresso da ANPPOM**. João Pessoa, PB, 2012. https://anppom.org.br/anais/anaiscongresso_anppom_2012/Anais_ANPPOM_2012.pdf. Acesso em: 15/06/2021.

BORNE, Leonardo da Silveira; MUCIÑO-GUERRA, Helena. Actividad y experiencia en educación musical especial: un estudio en el contexto de México. **Revista da FUNDARTE**. Ano 16, n° 31, janeiro/junho de 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei n. 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 02 jul 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 02 jul 2021.

BRASIL. **Lei n. 13.278**, de 02 de maio de 2016. Altera a Lei n.9394/96 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, referente ao ensino da arte. DOU de 19 de agosto de 2008. Disponível: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13278.htm Acesso em: 02 jul 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão Final. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 02 jul. 2020.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622. Acesso em: 02 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes de Atendimento à Pessoa com Síndrome de Down**. Brasília, 2013.

BRASIL **Lei n. 11.769**, de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei n. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na Educação Básica. DOU em 19 de agosto de 2008. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11769.htm#art1. Acesso em: 02 jul. 2021.

CARDOSO, André. **A música na corte de D. João VI: 1080 – 1821**/ André Cardoso; coordenador Pulo Roberto Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

COELHO, Ana Catarina Leão Pinto. Relato de experiência de estágio supervisionado em música na educação infantil com duas turmas de pré-escolar II. **XIX Congresso nacional da Associação Brasileira de Educação Musical**. Goiânia - GO, 2010.

COELHO, Cristina Lucia Maia. PIRES, Thatiane Maria. Musicalização através do violão: a potencialidade da criança com Síndrome de Down no processo de ensino e aprendizagem. **IX Encontro Regional Sudeste da ABEM**. Vitória - ES, 2014.

CAMELO, Jonas Ramos. **A construção da aculturação musical de crianças com Síndrome de Down no contexto da musicalização inclusiva na PMDF**. 2018. 78f. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

CANDEMIL, Luciano da Silva. A aplicação do método TUBS para alunos com deficiência intelectual e Síndrome de Down: um relato de experiência. **XVII Encontro Regional Sul da ABEM**, Curitiba - PR, 2016.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, **CINTEDI**: Disponível em: <https://cintedi.com.br/2014/sobre.php>. Acesso em: 20 de maio. 2021.

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, **CONEDU**: Disponível em: <https://www.eventos20.com.br/congresso-nacional-educacao-2020/>. Acesso em: 20 de maio. 2021.

COUTINHO, Georgy A. D.; FARIAS, Milene Suanne N. C.; DAMASCENO, Vitória Talyta. Música e Síndrome de Down: análise das publicações dos Congressos da

Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM) de 2008-2018. **XXIV Congresso da Associação Brasileira de Educação Musical**. Campo Grande/MS, 2019.

CUNHA, Daiane S. S.; LIMA, Sonia R. A. Ensino de arte para a educação básica à luz dos ordenamentos vigentes. **Revista da Tulha**, [S.L.], v. 6, n. 1, p. 78-109, 26 maio 2020. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2447-7117.rt.2020.168051>. Acesso em: 02 jul 2021.

DELGADO, Isabelle Cahino et al. Estratégias de letramento voltadas à intervenção fonoaudiológica em pessoas com Síndrome de Down. **Revista Educação Especial**, [S.L.], v. 32, p. 33, 18 mar. 2019. Universidade Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/1984686x24631>. Acesso em: 02 jul 2021.

FANTINI, Renata Franco Severo; JOLY, Ilza Zenker Leme; ROSE, Tânia Maria Santana de. Educação musical especial: produção brasileira nos últimos 30 anos. **Revista da Abem**, Londrina, v. 24, n. 36, p. 36-54, 2016.

FERREIRA, Mayara de Brito. SILVA, Luceni Caetano da. Algumas reflexões sobre habitus conservatorial e as adaptações para o ensino de instrumento musical para a pessoa com deficiência. **XXIII Congresso Nacional da Associação Brasileira de Educação Musical**, Manaus, 2017.

FERREIRA, Mayara de Brito. **Ensino de instrumento musical para pessoas com deficiência: um estudo na Escola Especial de Música Juarez Johnson**. 2019. 145 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

FERREIRA, Maria Isa Basto; SÁ, Carolina Mafra de. A educação musical no contexto escolar: um olhar para a inclusão de crianças com Síndrome de Down. **Anais VII CONEDU - Edição Online**. Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/67588>>. Acesso em: 15/06/2021 21:32.

FOREMAN, P.; CREWS, G. Using augmentative communication with infants and young children with Down syndrome. **Down Syndr. Res. Pract.**, 5, 16-25, 1998.

GAIO, Flavio Hodara. **BAIÃO DE 2: uma experiência de prática de conjunto com alunos com deficiência intelectual e múltipla na APAE-DF**. 2020. 124 f. Dissertação (Mestrado) Curso de Música, Música, Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: https://musicaeinclusao.files.wordpress.com/2020/10/gaio-flavio_baiao-de-2_uma-experiencia-de-pratica-de-conjunto-com-alunos-com-deficiencia-intelectual-e-multippla-na-apae_df.pdf. Acesso em: 04 set. 2021.

GARCIA, Eda do Carmo Pereira. Representações musicais de estudantes com

síndrome de down: um estudo preliminar. In: XI Encontro Anual da ABEM. **Anais da ABEM**. Rio Grande do Norte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 8 a 11 de outubro de 2002.p. 193 – 199.

GASPARIN, João Luiz. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-crítica**. 5.ed.rev.Campinas: Autores Associados, 2009.

GEMMA, Moreno-Garcia; PABLO, Monteagudo-Chiner; CABEDO-MAS, Alberto. The role of music in the development of children with Down syndrome: a systematic review. **Interdisciplinary Science Reviews**, [S.L.], v. 45, n. 2, p. 158-173, 2 abr. 2020. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/03080188.2020.1755556>. Acesso em: 04 set. 2021.

GÓES, Aja Devi Dasi Soares Abreu de; FAGUNDES, Flávia Maiara Lima. GÓES, Valéria Maria Soares Silva de. Música e movimento na educação infantil na perspectiva da inclusão da criança com Síndrome de Down. **Anais III CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/21439>. Acesso em: 15/06/2021 21:34.

GOMES, Brenda Letícia B. Et al. **Educação Musical e Síndrome de Down**. V Congresso Paraense de Educação Especial, Marabá - PA, 2018.

GOMES, Carolina Chaves et al. Síndrome de Down e Música: estudo preliminar sobre as escolas privadas de Natal/RN. **XVII Encontro nacional ABEM**. São Paulo - SP, 2008.

GUZMÁN, Karla Maythé Figueroa. Síndrome de Down: desenvolvimento das habilidades musicais, motoras e de linguagem. **XIX Congresso nacional da Associação Brasileira de Educação Musical**. Goiânia, 2010.

HEDLER, Bruna. SCHAMBECK, Regina Fink. Cenas inclusivas: relato das práticas musicais com um aluno com Síndrome de Down. **XVII Encontro Regional Sul da ABEM**, Curitiba, 2016.

HOLLER, Marcos. A Música Na Atuação Dos Jesuítas Na América Portuguesa. **ANPPOM**, Rio de Janeiro, p. 1131-1138, maio 2005. Disponível em: https://www.anppom.org.br/anais/anaiscongresso_anppom_2005/sessao19/marcos_holler.p df. Acesso em: 19 out. 21.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia dapesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LOURO, Viviane. **Fundamentos da Aprendizagem Musical da pessoa com deficiência**. São Paulo: Editora Som, 2012.

LOURO, Viviane. **Jogos e Atividades para a Educação Musical Inclusiva**. São Paulo: Editora Som, 2018.

MAIA, Denise Giarola. **Diferença e identidade: análise discursiva crítica e semiótica social da campanha *Ser Diferente é Normal* e da série *Qual é a Diferença?* Sobre Síndrome de Down**. 2018. 395 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

MANDETTA, Adriana. **T21 no lugar de Síndrome de Down**. 2020. Reab Kids. Disponível em: <https://www.reabkids.com.br/t21-no-lugar-de-sindrome-de-down/>. Acesso em: 20 out. 2021.

MELO, Carolina Cândido Do Vale et al. **Música como construto na aprendizagem de jovens com síndrome de down**. Anais I CINTEDI. Campina Grande: Realize Editora, 2014. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/8956>. Acesso em: 15/06/2021 21:14

MOVIMENTO DOWN. **Um perfil de aprendizagem específico**. 13 de Maio 2013. Disponível em: <http://www.movimentodown.org.br/2013/05/um-perfil-de-aprendizagem-especifico>. Acesso em: 10 de Julh. 2021.

NASCIMENTO, Samara Ellen Oliveira do. Parâmetros do som: aprendendo com inclusão na escola aplicação da UFPA. **XXIII Congresso Nacional da Associação Brasileira de Educação Musical**, Manaus, 2017.

NORONHA, Samyra Ferreira et al. A aplicação da educação musical para pessoas com Síndrome de Down em escola de ensino regular. **XXIV Congresso da Associação Brasileira de Educação Musical**. Campo Grande/MS, 2019.

OLIVEIRA, Rosane de Machado. A Importância da Formação Continuada dos Educadores no Contexto Educacional Inclusivo e a Influência da Mediação no Ensino-Aprendizagem na Educação Especial. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 02, Ed. 01, Vol. 16. pp. 522-545, março de 2017.

PAIVA, Adriana Catarina de Carvalho de. **Educação musical no Programa Cordas da Amazônia: descrição analítica dos procedimentos metodológicos das turmas de violoncelo**. 2013. 101 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

PIMENTA, Tatiana. **Deficiência Intelectual: principais características, sintomas e tratamento**. 2017. Disponível em: <https://www.vittude.com/blog/deficiencia-intelectual-caracteristicas-sintomas/>. Acesso em: 20 out. 2021.

PENNA, Maura. **Construindo o primeiro projeto de pesquisa em Educação Musical**. 3. ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2020. 199 p.

PELOSI, Miryam Bonadiu; FERREIRA, Karine Guedes; NASCIMENTO, Janaína Santos. Atividades terapêuticas ocupacionais desenvolvidas com crianças e pré-adolescentes com síndrome de Down. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, [S.L.], v. 28, n. 2, p. 511-524, 2020. Editora Cubo. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4322/2526-8910.ctoao1782>. Acesso em: 10 de Julh. 2021.

PEREIRA, Gláucia Tomaz Marques; MENDES, Rejane Tocchio Marinho. Mães que cantam: a canção na relação de ajuda para mães de beês com Síndrome de Down – transdisciplinaridade entre musicoterapia e psicologia. **XXI Congresso da ANPPOM** Uberlândia – MG, 2011. Disponível em: https://anppom.org.br/anais/anaiscongresso_anppom_2011/ANAIS_do_CONGRESSO_ANPPON_2011.pdf. Acesso em: 10 de Julh. 2021.

PIRES, Thatiane M^a Correia Ramos; COELHO, Cristina Lúcia Maia; CASTRO, Helena de Carla. O Ensino de Música e o desenvolvimento psicomotor: considerando aspectos importantes para a criança com Síndrome de *Down*. XI Simpósio Internacional de Cognição e Artes Musicais. **Anais do SIMCAM**. P. 420. GO, 2015. Disponível em: <https://abccogmus.org/wp-content/uploads/2020/09/SIMCAM11.pdf>. Acesso em: 10 de Julh. 2021.

RAVAGNANI, Anahi. **A educação musical de crianças com Síndrome de Down em um contexto de interação social**. Dissertação Mestrado em Música. Curitiba, 2009..

RAVAGNANI, Anahi. **A educação musical de crianças com Síndrome de Down em um contextode interação social**. 2009. 122 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade do Paraná, Curitiba,2009.

RAVAGNANI, Anahi. **Desenvolvimento musical e musicoterapia em crianças Down:Um estudo preliminar**. IV Simpósio de Cognição e Artes Musicais. Anais do SIMCAM. p.243. USP, São Paulo,2008. Disponível em: <https://abccogmus.org/wp-content/uploads/2020/09/SIMCAM4.pdf>. Acesso em 16 de junho de 2021.

RIBEIRO, Tassio William Tavares. A arte como forma de inclusão de alunos com Síndrome de Down na e.m.e.f. Professor Raimundo da Costa Caldas na vila de Areião. **Anais VI CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/58040>. Acesso em: 15/06/2021 21:24.

SCARPETTA, Ruth Ángela Gomez et al. Musicoterapia no controle da ansiedade dentária em crianças com Síndrome de Down. **Para promoc. Saúde** , Manizales, v. 17, n. 2 P. 13-24,dezembro de 2012. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-75772012000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em 16 de junho de 2021.

SOUZA, Letícia Caroline. **Estratégias Pedagógicas em uma Turma de Musicalização Infantil Inclusiva**. Belo Horizonte. 2018. 161 f. Dissertação (Mestrado em Música) –Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

<http://hdl.handle.net/1843/AAGS-B63JMF>. Acesso em 16 de junho de 2021.

REVISTA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, **REE**: Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/about/history>. Acesso em: 20 de maio. 2021.

SANTOS, Isaac Luís de Souza. Essa música é especial: relato de uma experiência com aeducação musical de crianças deficientes mentais na Fundação Dom Bosco, em Belo Horizonte. **XIX Congresso nacional da Associação Brasileira de Educação Musical**. Goiânia, 2010. Acesso em 16 de junho de 2021.

SANTOS, Priscila Fernandes de Oliveira. A educação musical e a Síndrome de Down. **XVII Encontro nacional ABEM**. São Paulo - SP, 2008. Disponível em: <https://silo.tips/download/a-educacao-musical-e-a-sindrome-de-down>. Acesso em: 28 abril. 2021.

SILVA, Rodrigo Caio. LUDERS, Valéria. A Capoeira como manifestação da cultura popular brasileira: ferramenta de inclusão no processo de aprendizagem do aluno com deficiência intelectual. **XIX Congresso nacional da Associação Brasileira de Educação Musical**. Goiânia, 2010. Acesso em 16 de junho de 2021.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE COGNIÇÃO E ARTES MUSICAIS, **SIMCAM**: Disponível em: <https://abcmus.org/historico/>. Acesso em: 20 de maio. 2021.

SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA, **SIMPOM**: Disponível em: <http://www.unirio.br/ppgm/simpom/2018>. Acesso em: 20 de maio. 2021.

REIS, Alessandra Mara Gazel dos. COSTA, Antonio de Pádua Sales. CONCEIÇÃO, Thaynah Patrícia Borges. “Quem canta um canto avança um ponto”: o ensino da música como mediador do desenvolvimento e aprendizagem de crianças com Síndrome de Down. **XII Encontro Anual da Associação Brasileira de Educação Musical**. Florianópolis – SC, 2003.

SERÉS, August; QUIÑONES, Ernesto; CASALDÁLIGA, Jaume; CORRETGER, Josep; TRIAS, Katy. **Síndrome de Down, de A a Z**. Ed. Saberes, 2011.

SILVA1, Maria de Fátima Minetto Caldeira; KLEINHANS2, Andréia Cristina dos Santos. Processos Cognitivos e Plasticidade Cerebral na Síndrome de Down. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 12, n. 1, p. 123-138, jan. 2006.

SILVA, Nara Liana Pereira; DESSEN, Maria Auxiliadora. Síndrome de Down: etiologia, caracterização e impacto na família: Síndrome de Down: etiologia, caracterização e impactona família. **Interação em Psicologia**, Brasília, p. 167-176, jun. 2002.

SOUZA, Leonnardo Lomongi de. **Música e deficiência: processos de ensino e**

aprendizagem em um espaço não formal de Educação Musical. 2017. 189 f. Dissertação (Mestrado em Música) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

TORRES, Maria Cecília de A. R.; SILVA, Nisiane Franklin da. **Educação musical inclusiva em um curso de licenciatura em música: relato de uma experiência.** *Revista da FUNDARTE*. Montenegro, p.215-231, ano 20, nº 40, janeiro/março de 2020. Disponível em: <http://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/index>. Acesso em: 30 de abril de 2021.

TRESOLDI, Mara Eloisa. **Agora, sim, o sol é para todos: a inclusão e a música no município de Cachoeirinha (RS).** 2008. 97 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade Federal do Rio Grande do Sul. Porto alegre 2008.

TRINDADE, André Soares; NASCIMENTO, Marcos Antonio do. Avaliação do Desenvolvimento Motor em Crianças com Síndrome de Down. **Revista Brasileira de Educação Especial**, [S.L.], v. 22, n. 4, p. 577-588, dez. 2016. Fap UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-65382216000400008>. Acesso em 16 de junho de 2021.

WISHART, J. Avoidant learning styles and cognitive development in young children with Down syndrome. Em: B. Stratford; P. Gunn (Orgs.). **New Approaches to Down Syndrome** (pp.173-205) Londres: Cassell, 1996.